

O ENGAJAMENTO DO SETOR PRIVADO NA COOPERAÇÃO SUL-SUL: O CASO BRASILEIRO¹

Aline Duarte da Graça Rizzo²

Atualmente, a atuação do setor privado na cooperação internacional tem sido um tema recorrentemente discutido nos principais fóruns. Este artigo objetiva contribuir para o debate ao apresentar um levantamento da atuação das empresas brasileiras no Sul global e seu possível engajamento em projetos de cooperação internacional. O estudo aqui proposto se concentra em amostra delimitada, primeiramente, pelo *Ranking* FDC das Multinacionais Brasileiras 2017³ e, em seguida, pelas empresas públicas de capital aberto, somente em nível nacional, ligadas à União. Foram privilegiados aspectos como perfis e formas de engajamento; as principais motivações para esse engajamento; a adesão a acordos internacionais; e mecanismos de avaliação. A partir da experiência brasileira, esta pesquisa se insere no debate mais amplo sobre o engajamento do setor privado (*private sector engagement* – PSE) no contexto da cooperação internacional.

Palavras-chave: cooperação internacional; cooperação Sul-Sul; Brasil; setor privado; *private sector engagement* (PSE).

PRIVATE SECTOR ENGAGEMENT IN SOUTH-SOUTH COOPERATION: THE BRAZILIAN CASE

Currently, the role of the private sector in international cooperation has often been discussed in the main forums. This article aims to contribute to this debate offering a gathering of the Brazilian companies operations in the global South and its possible engagement in international cooperation projects. This study focused on the sample delimited, firstly, by the Ranking FDC das Multinacionais Brasileiras 2017, and secondly, by the state publicly traded companies, at federal level. Aspects such as profiles and models of engagement; the engagement motivations; the accession to international agreements; and evaluation mechanisms were highlighted. From the Brazilian experience, thus, this research is inserted within the broad debate on private sector engagement (PSE) in the international cooperation context.

Keywords: international cooperation; South-South cooperation; Brazil; private sector; private sector engagement (PSE).

PARTICIPACIÓN DEL SECTOR PRIVADO EN LA COOPERACIÓN SUR-SUR: EL CASO BRASILEÑO

Actualmente, el papel del sector privado en la cooperación internacional ha sido un tema recurrente de discusión en los principales foros. Este artículo pretende contribuir a este debate presentando un estudio sobre el desempeño de las empresas brasileñas en el Sur global y su posible participación en proyectos de cooperación internacional. El estudio aquí propuesto se centra en una muestra

1. Esta pesquisa é, em parte, fruto do trabalho conjunto de consultoria realizado com a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) e o International Policy Centre for Inclusive Growth.

2. Bolsista na Diretoria de Estudos Internacionais do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Dinte/Ipea); e professora adjunta de história da Universidade Estadual do Ceará (UECE). Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-5480-0914>. E-mail: alinedgrizzo@gmail.com e aline.rizzo@ipea.gov.br.

3. No período em que a pesquisa foi realizada, a publicação de 2017 era a versão mais recente.

delimitada, en primer lugar, por el Ranking FDC de Multinacionales Brasileñas 2017 y, en segundo lugar, por las empresas públicas de capital abierto, sólo a nivel nacional, vinculadas a la Unión. Se privilegiaron aspectos como perfiles y formas de compromiso; principales motivaciones para el compromiso; adhesión a acuerdos internacionales; y mecanismos de evaluación. Por lo tanto, a partir de la experiencia brasileña, esta investigación se inserta en el debate más amplio sobre el compromiso del sector privado en el contexto de la cooperación internacional.

Palabras clave: cooperación internacional; cooperación Sur-Sur; Brasil; sector privado; *private sector engagement* (PSE).

JEL: F0; F5.

DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/rtm32art12>

Data de envio do artigo: 15/6/2023. Data de aceite: 9/11/2023.

1 INTRODUÇÃO

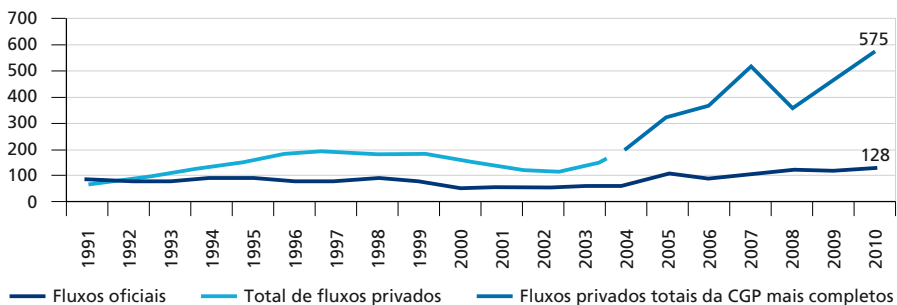
A presença do setor privado na cooperação internacional tem sido cada vez mais relevante – tanto nos eixos Norte-Sul quanto Sul-Sul e ainda nos arranjos trilaterais – e despertado o interesse de organizações internacionais, organizações da sociedade civil, academia e instituições governamentais em relação à natureza de sua atuação e de seu papel.

Com o fim da Guerra Fria, o campo da cooperação internacional deixou de ser dominado apenas por atores estatais, e se tornou crescente a participação de organizações não governamentais (ONGs), sociedade civil organizada, unidades subnacionais e também do setor privado (Antonini e Hirst, 2009; Souza, 2014). Nos últimos trinta anos, o papel do setor privado na cooperação internacional tem crescido substancialmente, considerando que já nos anos 1990 os fluxos privados (considerando filantropia, remessas e investimento) superaram a Assistência Oficial ao Desenvolvimento (Official Development Assistance – ODA) (Hudson Institute, 2012).

GRÁFICO 1

Fluxos oficiais e privados totais – filantropia, remessas, investimento – dos países doadores da OCDE para os países em desenvolvimento (1991-2010)

(Em US\$ bilhões)



Fonte: Hudson Institute e OCDE.

Obs.: CGP – Center for Global Prosperity.

Quanto ao debate da temática nos fóruns internacionais destacam-se o Congresso de Monterrey (2002), no qual se estabeleceu pela primeira vez que a responsabilidade do desenvolvimento não é restrita ao Estado, mas também ao mercado; o fórum Busan Partnership for Effective Development Cooperation (BPd), em 2011, quando foi destacada a proeminência do setor privado como parceiro para o desenvolvimento; o Pacto Global das Nações Unidas⁴ (UN Global Compact – A Call to Action for Sustainable Business, 2017), que incentiva o compromisso de empresas privadas com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e com os Princípios de Kampala, em 2019 (Kampala Principles on Effective Private Sector Engagement Through Development Co-operation), elaborados pela Parceria Global para a Cooperação para o Desenvolvimento Efetivo (Global Partnership for Effective Development Co-operation – GPEDC), e que busca orientar o engajamento do setor privado (*private sector engagement* – PSE) de forma inclusiva e calcada na autonomia nas parcerias, quais sejam: Propriedade Nacional Inclusiva; Resultados Impacto Orientado; Parceria Inclusiva; Transparência e Responsabilidade; Deixar Ninguém para Trás.⁵

Desse modo, a análise do PSE na cooperação internacional se tornou inequivocamente uma tendência nos atuais estudos de cooperação. No entanto, as pesquisas têm se concentrado na cooperação no eixo Norte-Sul (Kindornay e Reilly-King, 2013; Di Bella *et al.*, 2013; Kindornay *et al.*, 2018). Shannon Kindornay e Fraser Reilly-King apontam a importância da análise do setor privado na cooperação Sul-Sul (CSS), indicando, porém, as limitações de pesquisa nesse campo.

Ao longo dos últimos cinco anos, a assistência internacional a partir de países de média renda, tais como Brasil, China, Índia e África do Sul, tem crescido substancialmente. Brasil, Índia e África do Sul têm agências de cooperação estabelecidas. Engajando o seu próprio setor privado para penetrar mercados e construir infraestrutura no Sul tem sido sempre um elemento da abordagem de cooperação Sul-Sul para o desenvolvimento dessas economias emergentes, através dos seus grandes bancos de desenvolvimento e importação-exportação, como Banco Nacional para o Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) no Brasil e o Banco de Importação e Exportação da China. No entanto, as informações sobre essas iniciativas estão surgindo somente agora e muitos dos detalhes dessa cooperação ainda não são públicos (Kindornay e Reilly-King, 2013, p. 7, tradução nossa).⁶

4. Disponível em: <http://pactoglobal.org.br/>.

5. No original: Inclusive Country Ownership; Results and Target Impact; Inclusive Partner-ship; Transparency and Accountability; Leave no One Behind.

6. "Over the past five years, international assistance from middle income countries such as Brazil, China, India, and South Africa has grown substantially. Brazil, India, and South Africa have established development cooperation agencies. Engaging their own private sectors to penetrate markets and build infrastructure in the South has always been an element of these emerging economies' approaches to SSCDC through their large development and export-import banks, like the Brazilian National Bank for Economic and Social Development and Export-Import Bank of China. However, information on these initiatives is just emerging, and many of the details on such cooperation are still not public".

Na II Conferência de Alto Nível sobre Cooperação Sul-Sul (Plano de Ação de Buenos Aires – PABA+40), realizada em março de 2019 em Buenos Aires, o PSE foi um dos temas mais debatidos. Enfatizou-se a importância de examinar esse engajamento específico na CSS e, ao mesmo tempo, o seu papel para o alcance dos ODS – a Agenda 2030 das Nações Unidas. Nos documentos preparatórios do PABA+40, a Assembleia Geral das Nações Unidas deu destaque ao papel do setor privado na CSS e no alcance dos ODS.

O número de atores na cooperação Sul-Sul e cooperação triangular tem se expandido, incluindo entidades subnacionais, tais como municípios e governos provinciais, e atores não estatais como a sociedade civil, empresas do setor privado, grupos voluntários, e instituições acadêmicas e de pesquisa. Atores não estatais são importantes agentes na cooperação para o desenvolvimento e podem ser um instrumento para aprofundar a implementação da Agenda 2030 através dos esforços de cooperação Sul-Sul e cooperação triangular. Em muitos países, as estratégias nacionais de cooperação Sul-Sul são ancoradas em planos de desenvolvimento nacionais e têm envolvido inclusive parcerias com o setor privado, sociedade civil e academia. Essas estratégias promovem oportunidades-chave de investimento para o desenvolvimento sustentável (UNOSSC, 2018, p. 14, tradução nossa).⁷

O documento final da conferência, a Resolução A/RES/73/291, reafirma que o setor privado deve ser encorajado a se engajar em parcerias público-privadas (PPPs) para a CSS (alínea b), mas também ser reconhecido como ator importante em suas ações típicas e exclusivas (alínea c).

b) Encorajar os Estados-membros a compartilhar conhecimento relevante, experiência e boas práticas no que tange a parcerias público-privadas, incluindo avaliação de risco, e sistemas regulatórios, para maior contribuição para o desenvolvimento sustentável, e a esse respeito, enalteçamos o trabalho contínuo do Sistema das Nações Unidas para o Desenvolvimento, incluindo as comissões regionais das Nações Unidas, com os recursos existentes, incluindo estudos sobre modelos possíveis de parcerias público-privadas internacionais no apoio a cooperação Sul-Sul e triangular.

c) Reconhecer que a falta de recursos continua impedindo a expansão da cooperação Sul-Sul e triangular. Nós então reforçamos a necessidade de maior mobilização de recursos e engajamento, *inter alia*, do setor privado em iniciativas Sul-Sul e triangular para o desenvolvimento sustentável. Também encorajamos que práticas empresariais sejam alinhadas com os objetivos do desenvolvimento sustentável e suas metas, alinhadas com os planos e prioridades nacionais, contribuam para

7. "The number of actors in South-South and triangular cooperation has expanded, including subnational entities such as municipal and provincial governments and non-State actors such as civil society, private sector firms, volunteer groups, and academic and research institutions. Non-State actors are important stakeholders in development cooperation that can be instrumental in scaling up the implementation of the 2030 Agenda through South-South and triangular cooperation efforts. In many countries, national South-South cooperation strategies are anchored in national development plans and have evolved through inclusive partnerships with the private sector, civil society and academia. Those strategies provide key investment opportunities for sustainable development".

o desenvolvimento e transferência de ciência, tecnologia e soluções baseadas em inovação em termos mutuamente acordados, em todo o Sul (UNOSSC, 2019, p. 10, tradução nossa).⁸

A CSS brasileira, especificamente, também compreende uma diversidade de atores não somente públicos, mas também privados. Isso significa que os projetos são implementados por diversos órgãos e agentes, o que implica difusão institucional das práticas de cooperação (Leite, Suyama e Waisbich, 2013). As atividades de CSS brasileira via órgãos e instituições estatais são largamente conhecidas; no entanto, ainda são bastante incipientes os estudos que privilegiam a análise dos atores privados como agentes de cooperação. Em linhas gerais, são estudos de casos como a atuação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) (Gonçalves, 2011; Leite, 2013; Milani *et al.*, 2016) e de ONGs brasileiras na cooperação internacional de forma mais ampla (Gonçalves, 2011; Costa e Santos, 2013).

Quanto às empresas brasileiras, frequentemente aparecem de forma tangencial em trabalhos que tratam da CSS promovida pelo governo brasileiro, como são os casos das companhias Vale e Odebrecht. A atuação dessas empresas em países do Sul no bojo da cooperação, muitas vezes não ligada diretamente aos projetos governamentais, é envolvida em denúncias sobre violação dos direitos humanos, especialmente no continente africano (Almeida e Kraychete, 2013).

Mais recentemente, foi publicado no Brasil o trabalho de Soares e Inoue (2020), que analisam o papel do setor privado na Agenda 2030 destacando o conceito de PSE. Embora não tenham foco central na CSS, analisam fluxos de investimento oriundos do Sul e participação de companhias; no caso brasileiro, mais uma vez o destaque é o Senai.

Observa-se na literatura, portanto, a ausência de análises que propõem um panorama mais amplo e sistemático do engajamento do setor privado brasileiro na CSS, sobretudo no caso das empresas. Nesse sentido, este estudo tem por objetivo contribuir para o debate com um levantamento exploratório das empresas brasileiras com atuação no exterior e engajadas em projetos de cooperação para o desenvolvimento no eixo Sul-Sul.

8. "b) Encourage Member States to share relevant knowledge, experience and best practices on public-private partnerships, including risk assessment, and regulatory frameworks, to further contribute to sustainable development, and in this regard, we welcome the ongoing work of the United Nations Development System, including the United Nations Regional Commissions, within existing resources, including studies on possible models of international public-private partnership in support of South-South and triangular cooperation.

c) Recognize that the shortage of resources continues to hinder the expansion of South-South and triangular cooperation. We thus underscore the need for further mobilization of resources and to engage, inter-alia, the private sector in South-South and triangular initiatives for sustainable development. We also encourage business practices to be aligned with the sustainable development goals and their targets, in line with national plans and priorities, to contribute to the development and transfer of science, technology and innovation-based solutions on mutually agreed terms, across the South".

Além desta introdução e da conclusão, o trabalho está dividido em quatro seções, com a primeira, *O engajamento do setor privado na cooperação internacional: estado da arte*, discorrendo sobre uma breve revisão de literatura em torno da temática. Na seção seguinte, *Internacionalização de empresas brasileiras e compromissos globais: um breve contexto*, há uma reflexão sobre a internacionalização de empresas brasileiras e a existência de uma demanda que tem impulsionado a adesão a compromissos globais para a promoção do desenvolvimento. Em seguida, na seção intitulada *Atuação das empresas brasileiras no Sul global: metodologia e análise*, são apresentados, efetivamente, os resultados deste levantamento. Por fim, em *Achados complementares*, há algumas descobertas não previstas que transbordam o escopo da pesquisa, mas que merecem destaque.

2 O ENGAJAMENTO DO SETOR PRIVADO NA COOPERAÇÃO INTERNACIONAL: ESTADO DA ARTE

À medida que o papel do setor privado na cooperação internacional ganha proeminência, os estudos e reflexões sobre o tema crescem progressivamente. O objetivo aqui não é esgotar uma revisão da literatura, mas apresentar alguns aspectos que se destacam no debate.

Acerca da definição da categoria “setor privado”, é possível encontrar perspectivas mais amplas como a de Davies (2011), para quem o setor privado é um termo abrangente que envolve todos os atores não públicos, sejam os com fins lucrativos ou fundações. Ou ainda definições mais restritas que incluem somente atores que têm como cerne de suas estratégias e missão as atividades de fins lucrativos como produção de bens, serviços e comercialização, tais como instituições financeiras e intermediárias; pequenas, médias e grandes corporações; cooperativas; empreendedor individual e agricultores, estejam eles no mercado formal ou informal (Di Bella *et al.*, 2013).

A atuação do setor privado no campo do desenvolvimento internacional como um todo pode ser (de forma geral e não estanque) identificada em três formatos, segundo Di Bella *et al.* (2013), conforme descrito a seguir.

- 1) Setor privado no desenvolvimento (*private sector in development*): abrange as atividades da natureza finalística do ator privado que tem impacto direto na promoção de desenvolvimento e crescimento econômico, sejam eles positivos como provimento de bens, serviços e criação de empregos, ou negativos, como degradação ambiental e práticas de trabalho precário.
- 2) Engajamento do setor privado para o desenvolvimento (PSE): enquadram-se ações promovidas por atores privados que ultrapassam as suas atividades centrais e, portanto, são os resultados provenientes de engajamento específico, além dos impactos do setor no desenvolvimento definido no primeiro formato.

- 3) Desenvolvimento privado (*private sector development*): atividades promovidas por governos ou agências de desenvolvimento que objetivam criar um ambiente favorável para o crescimento de empresas privadas no exterior, o que inclui atividades de cooperação que visam ampliar o investimento privado em países em desenvolvimento.

Em relatório da OECD (2016) é possível ainda identificar mais um formato, que é a filantropia privada para o desenvolvimento (*private philanthropy for development*): a doação de atores privados, com ou sem fins lucrativos, para projetos de desenvolvimento. É um fluxo modesto comparado à ODA (correspondendo aproximadamente a 5%), mas em alguns setores, como o da saúde, encontra-se como o terceiro maior provedor. Diferentemente do segundo formato mencionado (PSE), esse caso se aplica à filantropia, mais voltada à doação que ao engajamento específico em projetos de cooperação.

Entre as modalidades de atuação identificadas destacam-se as seguintes.

- 1) PPPs: prestação de serviços públicos por atores privados em parceria com Estados (OECD, 2016).
- 2) Financiamento misto (*blended finance*): os membros do Comitê de Assistência ao Desenvolvimento (Development Assistance Committee – DAC) definem o financiamento privado como uso estratégico de fundos oficiais para mobilizar fluxos de capital adicionais (públicos ou privados) para mercados emergentes ou de fronteira (*frontier markets*). Ademais, o Fórum Econômico Mundial e a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) definiram, em 2015, três características observadas:
 - a) escalamento (ou alavancagem): uso de fundos de desenvolvimento ou filantropia para atrair capitais;
 - b) impacto: investimentos com resultados sociais, ambientais e econômicos; e
 - c) retorno: alinhado com as expectativas do mercado baseadas em risco real ou potencial (OECD, 2016).
- 3) PSE via financiamento oficial: projetos apoiados por cooperação para o desenvolvimento (ODA, CSS etc.) e um ator privado (Kindornay *et al.*, 2018). Ou ainda o montante do setor privado mobilizado pelo setor público: garantias, empréstimos sindicais, ações em instrumento de investimento coletivo, investimento direto em empresas e linhas de crédito (Benn, Sangare e Hos, 2017).

A participação do setor privado na cooperação internacional tem sido alvo tanto de entusiasmo quanto de crítica. Por um lado, sua contribuição é considerada positiva:

com as grandes contribuições do setor privado, é fundamental não apenas incluir os atores privados nas estratégias de desenvolvimento, mas também manter-se atualizado sobre as mudanças contínuas dentro do sistema de promoção de ajuda e suas melhores práticas (Adelman e Spantchak, 2014, p. 3, tradução nossa).⁹

Por outro lado, perspectivas mais críticas colocam luz sobre os desafios de transparência, prestação de conta e, sobretudo, os riscos de os interesses do mercado financeiro global se sobreponem aos das pessoas, que são o alvo dos projetos de desenvolvimento.

Estudiosos críticos estão levantando uma série de preocupações. Em meio a uma literatura cada vez mais rica e detalhada, duas abordagens são brevemente mencionadas aqui. A primeira diz respeito à complexidade, responsabilidade e transparência. (...) Uma segunda preocupação é a do risco. (...) a volatilidade duradoura (e inerente) do mercado financeiro global e todas as formas e escalas de risco que não são amplamente reconhecidas na linguagem exuberante da “fintech” e no aprofundamento do setor financeiro (Mawdsley, 2018, p. 194).¹⁰

O papel do setor privado para o alcance dos ODS é também uma questão relevante para as duas perspectivas, a mais e a menos otimista. Para a primeira, o setor privado é uma ferramenta fundamental para o alcance dos ODS, sobretudo os relacionados ao meio ambiente. A emergência da economia verde e sua importância para o desenvolvimento internacional é positivamente destacada (Adelman e Spantchak, 2014).

Em contrapartida, Mawdsley (2018) considera que os ODS dão menor ênfase à redução da pobreza se comparados aos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODMs).¹¹ Nesse sentido, a participação do setor privado no alcance dos ODS revela um importante risco de incrementar mercados específicos em vez de promover bem-estar social.

É importante destacar que a literatura até aqui apresentada se concentra na cooperação Norte-Sul, especialmente no contraste entre o envolvimento do setor privado e a ODA. Este artigo, portanto, objetiva contribuir com o debate a partir de um levantamento das atividades das empresas brasileiras no exterior, além de reflexões acerca das possibilidades de engajamento das empresas em projetos de desenvolvimento e das relações de interesses estabelecidas entre os atores

9. *“With the large contributions from the private sector, it is critical not only to include private actors in development strategies, but to stay current on the continuing changes within the private aid delivery system and its best practices”.*

10. *“Critical scholars are raising a host of concerns. Out of what is an increasingly rich and detailed literature, two are very briefly mentioned here. The first concerns complexity, accountability and transparency. (...) A second concern is that of risk. (...) the enduring (and inherent) volatility of the global financial market are all forms and scales of risk that are largely unacknowledged in the ebullient language of ‘fintech’ and financial sector deepening”.*

11. Precederem aos ODS, foram estabelecidos pelas Nações Unidas em 2000 com previsão de alcance em 2015.

envolvidos. Tendo tais considerações em vista, esta pesquisa buscou não apenas mapear as atividades das empresas brasileiras em cooperação internacional no Sul global, mas também identificar as motivações para tal engajamento, bem como possíveis ganhos e mecanismos de monitoramento, avaliação e prestação de contas.

3 INTERNACIONALIZAÇÃO DE EMPRESAS BRASILEIRAS E COMPROMISSOS GLOBAIS: UM BREVE CONTEXTO

No Brasil, até a década de 1980, a participação das empresas em projetos de desenvolvimento e cunho social acontecia de forma pontual, e era baseada em uma lógica filantrópica. Na década de 1990, representantes empresariais, fundações e acadêmicos fundaram o conceito de investimento social privado (ISP) (Lopes, 2011). Desde então, as práticas de “responsabilidade social” se tornaram amplamente difundidas entre o empresariado brasileiro, assemelhando-se em termos de objetivos e interesses às experiências de cooperação internacional.

Atualmente, o Brasil tem cerca de quinhentas empresas internacionalizadas (incluindo operações físicas no exterior e exportações), o que representa apenas 0,01% do total de empresas no país.¹² Embora seja um percentual baixo, a demanda internacional cada vez maior por envolvimento do setor privado na promoção do desenvolvimento vem acompanhada do surgimento de acordos globais com o objetivo de mobilizar esse setor, e as empresas brasileiras têm apresentado adesão significativa, segundo os dados deste levantamento, a ser mais detalhada nas próximas seções.

Um dos acordos de maior adesão é o Pacto Global, uma iniciativa das Nações Unidas para estimular o setor privado a atuar, de forma voluntária, na promoção do desenvolvimento, preservação do meio ambiente e defesa dos direitos humanos. As empresas signatárias contribuem com doações nos valores estipulados de acordo com o esquema a seguir.¹³

TABELA 1
Doações das empresas
(Em US\$)

Faturamento anual	Doação anual
Mais de 5 bilhões	10.000
De 1 a 5 bilhões	7.500
De 50 a 250 milhões	2.500
De 250 a 500 milhões	5.000

Elaboração da autora.

12. Disponível em: <https://trajetoriasinternacionais.fdc.org.br/exclusivo-grau-de-internacionalizacao-de-empresas-cai-pela-primeira-vez-desde-2010-diz-estudo/>.

13. Disponível em: <http://pactoglobal.org.br/>.

Em 2015 foi publicado o *Guia dos ODS para as Empresas*, produzido por Global Reporting Initiative (GRI), UN Global Compact e World Business Council for Sustainable Development (WBCSD), e adaptado para a realidade brasileira por GRI, Rede Brasileira do Pacto Global e Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS). O material apresentado lista os principais benefícios da adesão aos ODS para os negócios: identificação de oportunidades de negócios futuros; valorização da sustentabilidade corporativa; fortalecimento das relações com as partes interessadas; ambiente propício aos negócios; linguagem comum e finalidades compartilhadas (GRI, UN Global Compact e WBCSD, 2015).

O guia orienta as companhias brasileiras a se alinharem aos Objetivos da Agenda 2030, apresentando estratégias para a implementação dos ODS e para o estabelecimento de indicadores. Destaca ainda a importância do alinhamento aos ODS considerando que 193 países são signatários. Ademais, mostra uma possibilidade de se avaliarem impactos das atividades econômicas das empresas brasileiras no que tange à sustentabilidade. Aponta a estratégia de alinhar aos ODS as atividades já existentes nas empresas e mapear áreas de alto impacto para, a partir desse levantamento, definir indicadores.

O processo de internacionalização das empresas brasileiras atrelado ao conceito de ISP pode contribuir para o aprimoramento dos projetos de cooperação para o desenvolvimento, desde que esses sejam realizados considerando efetivamente os interesses dos parceiros, sobretudo das populações que são o alvo principal de tais projetos (Leite, 2010 *apud* Lopes, 2011). No entanto, a adesão a pactos globais também pode catalisar o engajamento do setor privado na CSS, quando somada ao processo de internacionalização. Por esse motivo, esta pesquisa foi centrada em empresas brasileiras multinacionais, e observou-se ainda o grau de adesão dessas empresas aos diversos acordos globais para a promoção do desenvolvimento e o alcance da Agenda 2030.

É importante reforçar que o fato de uma empresa ser multinacional não a torna diretamente engajada em cooperação internacional, e nem mesmo que uma empresa de atuação estritamente nacional não possa se engajar. Do mesmo modo, a adesão aos acordos globais não garante engajamento direto em cooperação internacional, dado que os compromissos acordados podem ser refletidos em práticas domésticas. Entretanto, a proposta desta pesquisa parte do princípio de que a atuação de uma empresa no exterior, somada à adesão a acordos globais, pode favorecer a cooperação internacional. Defende-se aqui, portanto, que este recorte permite alcançar atores em potencial.

4 ATUAÇÃO DAS EMPRESAS BRASILEIRAS NO SUL GLOBAL: METODOLOGIA E ANÁLISE

4.1 Metodologia

Este estudo teve como objetivo central fazer um levantamento da atuação de empresas brasileiras no Sul global e seu engajamento em projetos de cooperação internacional. Em primeiro lugar, é preciso salientar que aqui o conceito de Sul global abrange majoritariamente as regiões da África, América Latina e Ásia (com exceção do Japão, tradicionalmente localizado no Norte global). Também são considerados países da região denominada Eurásia, como Rússia e Turquia.

O recorte de pesquisa definido se restringe às empresas multinacionais privadas e públicas com capital aberto. Também são incluídas entidades classistas de natureza privada e sem fins lucrativos. Quanto às atividades, foram privilegiadas aquelas que extrapolam a natureza finalística da instituição, ou seja, projetos ou ações que denotem engajamento específico para promoção do desenvolvimento por meio de cooperação no eixo Sul-Sul.

A definição de CSS aqui adotada parte de uma percepção mais ampla utilizada por Milani (2014).

A CSS do Brasil pode incluir em sua agenda uma ampla variedade de formas de cooperação entre países em desenvolvimento, de espaços de negociação multilateral (por exemplo, o G77 ou G20), a formação de coalizões políticas (Ibas, BRICS), a promoção de processos de integração Sul-Sul (Mercosul, Unasul), abrindo espaços para diálogos inter-regionais (Cúpula América do Sul-África), e o financiamento de projetos de infraestrutura através de empréstimos subsidiados, modalidades de transferência tecnológica, troca de experiências no campo de políticas públicas e cooperação técnica através de ministérios, agências, entidades subnacionais, universidades e ONGs (Milani, 2014, p. 7, tradução nossa).¹⁴

Assim, neste estudo foram considerados como engajamento na CSS projetos de desenvolvimento social, ambiental, parcerias científicas e fomento à pesquisa, iniciativas multilaterais para igualdade de gênero etc., com ou sem apoio de instituição estatal.

Na seção anterior foi apontado que há cerca de quinhentas empresas brasileiras internacionalizadas. O estudo proposto, porém, concentra-se em amostra delimitada, primeiramente, pelo *Ranking* FDC das Multinacionais Brasileiras

14. "Brazil's SSC may include in its agenda a wide range of forms of co-operation among developing countries, from multilateral negotiation spaces (for example, the G77 or G20 trade), the formation of political coalitions (IBSA, BRICS), the promotion of South-South integration processes (Mercosur, Unasur), making room for interregional dialogues (Africa-South America summits), and the financing of infrastructure projects through subsidized loans, to modalities of technology transfer, exchange of experiences in the field of public policies and technical co-operation through ministries, agencies, subnational entities, universities and NGOs".

2017¹⁵ e, em segundo lugar, pelas empresas públicas de capital aberto somente em nível nacional ligadas à União. Isso exclui as empresas de níveis municipal e estadual.¹⁶ Também se restringiu às empresas que tinham atuação em ao menos um país do Sul global (atuação considerada plantas, operações, escritórios, distribuidores, clientes, parceiros etc.). A amostra, portanto, compreende um total de 76 empresas.

Consideraram-se como “setor privado” empresas e institutos com fins lucrativos, entidades classistas de natureza privada e empresas públicas de capital aberto, todas com atuação no exterior. No caso das entidades classistas, destaca-se o Senai, considerado “uma entidade de direito privado, sem fins lucrativos, vinculado ao sistema sindical”,¹⁷ que tem larga atuação em projetos de CSS em parceria com a Agência Brasileira de Cooperação (ABC).¹⁸

As fontes do levantamento são – além do *Ranking* FDC das Multinationais Brasileiras (que serviu de parâmetro para delimitação da amostra, mas também de fonte para coleta de dados) – o sítio eletrônico da Rede Brasileira do Pacto Global das Nações Unidas; sítios eletrônicos institucionais das empresas listadas; sítio eletrônico institucional da ABC, bem como documentos fornecidos por esta agência via Serviço de Informação ao Cidadão (SIC); e a revista especializada *Exame*. Também foram realizadas entrevistas com representantes das empresas que contribuíram para confirmação e complementação dos dados, bem como para registrar a percepção das companhias sobre o tema.

As entrevistas foram realizadas, na maior parte, por videochamada e, em alguns casos, por escrito. Em ambas as modalidades, utilizou-se o formulário que consta no apêndice B. Do total de 76 empresas, o retorno ocorreu conforme resumido a seguir.

- 4) Empresas que participaram da entrevista (total: 19): Artecologia; Blanver; Bradesco; Braskem; BRQ; BTG Pactual; Eletrobras; Fitesa; Gerdau; Grupo Serpa; Hebron Farmacêutica; Indus Parquet; Instituto Superior de Administração e Economia/Fundação Getulio Vargas (Isae/FGV); Localiza; Marcopolo; Sabó; Senai; Stefanini; e Vale.
- 5) Empresas que negaram participação (total: 18): Alpargatas; Andrade Gutierrez; Baterias Moura; Camargo Correa (Intercement); Camargo

15. As empresas Embraer e Embraco constam no *ranking*, porém ambas foram compradas por companhias estrangeiras. Por isso, não foram listadas neste levantamento.

16. Cabe ressaltar que, ao longo da pesquisa, constatou-se que a partir de 2019 algumas empresas públicas deixaram de ter acionistas privados e o Estado brasileiro passou a ser o “único acionista”. Esse processo fez parte de uma política mais ampla do governo Jair Bolsonaro. São exemplos: Amazônia Azul S.A. (Amazul) e Indústrias Nucleares do Brasil (INB).

17. Disponível em: <http://www.portaldaindustria.com.br/senai/institucional/estrutura/>.

18. Disponível em: <http://www.abc.gov.br/projetos/pesquisa>.

Correa; Chilli Beans; Cinex; CI&T; Duratex; Expor Manequins; Eliane Cerâmicas; Eurofarma; Itaú; Minerva Foods; Petrobras; Romi; Totvs; e Tupy.

- 6) Empresas que retornaram no primeiro momento, mas não mantiveram contato para realização da entrevista (total: 22): Amaggi; Ambev; Avenorte; Baru Offshore; Camil; CZM; Falconi; Fundação Dom Cabral (FDC); Instituto Aquila; JBS; Klabin; Marfrig; Metalfrio; Natura &Co; Odebrecht; Randon; Spoleto; Tigre; Ultrapar; Vibra Agroindustrial; Votorantim; e WEG.
- 7) Empresas sem retorno (total: 17): AlgarTech; Arauco; Ásia Shipping; Banco do Brasil; BRF; DMS; Embraer; FH Consultoria; Grupo Alumini; Iochpe Maxion; Maurício de Souza Produções; MV Sistemas; O Boticário; Serviço Social do Comércio (Senac); Suzano Papel; Três Corações; e Vicunha Têxtil.

É preciso salientar, entretanto, que apesar de algumas empresas não retornarem, ou negarem a entrevista, foi possível encontrar informação sobre projetos em cooperação em seus respectivos *sites* institucionais, que também serviram de fonte para este estudo.

O processo de contato para as entrevistas teve início em novembro de 2020 e foi concluído em julho de 2021. É preciso considerar ainda que nesse período houve a pandemia de covid-19 no Brasil, o que impactou a organização, o funcionamento e até o tamanho da equipe de muitas empresas, dificultando sua participação.

Os dados levantados foram organizados em quadro no apêndice A e classificados nas seguintes categorias: nome da empresa/instituição; setor/área de atuação; experiências internacionais; acordos globais; desenvolvimento e sustentabilidade (responsabilidade social); alinhamento aos ODS; e engajamento em projetos de CSS.

No campo setor/área de atuação, os setores foram organizados em agropecuária, indústria e serviços e suas áreas específicas. As operações no exterior das companhias consideradas no levantamento podem ser classificadas nas seguintes modalidades: fábrica; escritório; pontos de distribuição; pontos de venda a varejo (lojas físicas); mercado consumidor (exportação); parcerias com instituições de pesquisa; e PPPs. Tais operações são apresentadas no campo experiências internacionais. Também foi considerada a participação em acordos, parcerias e pactos internacionais voltados para o campo do desenvolvimento sustentável, descrito em acordos globais.

Em seguida, pesquisaram-se as atividades das empresas relacionadas ao desenvolvimento e sustentabilidade (responsabilidade social), podendo ser atuação doméstica ou doméstica e internacional. No campo seguinte, alinhamento aos ODS, são apontadas as empresas que assumiram compromisso em alinhar seus projetos ao alcance dos ODS. Por fim, foram levantadas as atividades de cooperação internacional e listadas no campo engajamento em projetos de CSS. São registrados os projetos de desenvolvimento de empresas brasileiras em parceria com países do Sul global.

4.2 Análise

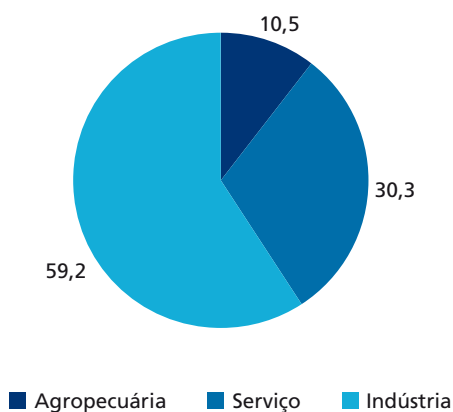
4.2.1 Panorama geral

No total, foram listadas 76 empresas (incluindo as entrevistadas e as não entrevistadas) distribuídas entre os setores agropecuária, indústria e serviços.

No gráfico 2, descreve-se o percentual da distribuição das empresas por setores de atuação. No gráfico 3, as empresas estão agrupadas por região de atuação.

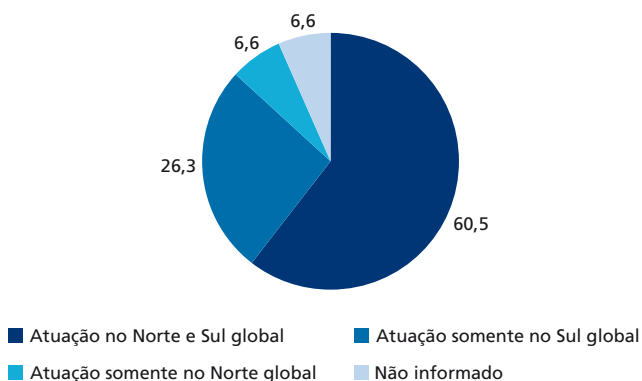
No gráfico 4, as companhias estão agrupadas entre as empresas com e sem projetos de cooperação no Sul global. Projetos aqui entendidos de forma ampla, como os relacionados ao desenvolvimento social, ambiental, parcerias científicas e fomento à pesquisa, iniciativas multilaterais para igualdade de gênero etc., com ou sem apoio de instituição estatal.

GRÁFICO 2
Distribuição das empresas por setor
(Em %)



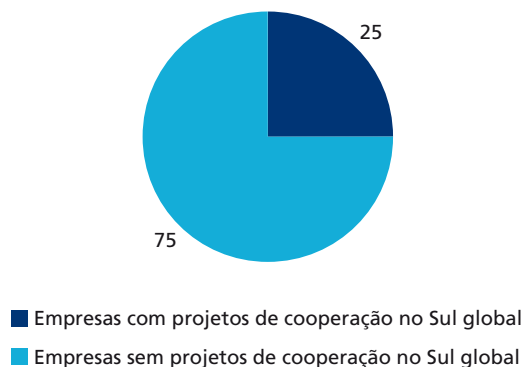
Elaboração da autora.

GRÁFICO 3
Atuação internacional das empresas por região
 (Em %)



Elaboração da autora.

GRÁFICO 4
Empresas com e sem projetos de cooperação no Sul global
 (Em %)



Elaboração da autora.

A partir da análise dos dados apurados é possível observar que 86,8% das empresas da amostra têm atuação em países do Sul global (somados os grupos atuação no Norte e Sul global e atuação somente no Sul global). Cabe ressaltar que, como há empresas/instituições que não têm os países de atuação listados em seus sítios eletrônicos institucionais, existe a possibilidade de o percentual de atuação no Sul ser maior. Do total das 76 empresas, dezenove (25%) estão engajadas de alguma forma em projetos de CSS, a saber: Arteccla; Bradesco; Braskem; BRF; Eletrobras; Gerdau; Grupo Serpa; Intercement (Camargo Correa); Isae; Marcopolo; Maurício de Souza Produções; Natura &Co; Odebrecht; Petrobras; Sabó; Senai; Stefanini; Vale; e Votorantim.

As empresas Odebrecht e Vale não têm projetos específicos de CSS, mas sim contratos com países do Sul global no setor de infraestrutura, o que pode ser classificado na categoria setor privado no desenvolvimento (*private sector in development*), segundo a definição de Di Bella *et al.* (2013). Esses casos são importantes para ilustrar o fato de que as parcerias em projetos de CSS abrem caminhos e tornam o ambiente mais favorável para a atuação do setor privado nos países parceiros, em que pesem as críticas à atuação dessas empresas em Angola e Moçambique e seus impactos sociais e ambientais negativos. As duas empresas atuam em países que já receberam projetos de CSS promovidos pelo governo brasileiro, na África e na América Latina.

4.2.2 Perfis e formas de engajamento identificados

A partir da análise da amostra e considerando as dezenove empresas com projetos ou algum engajamento em CSS, foi possível identificar três principais perfis de cooperação direcionados a i) meio ambiente; ii) formação profissionalizante; e iii) cooperação científica (pesquisa e desenvolvimento – P&D), que se sobressaíram em termos de volume. Há também projetos voltados para habitação, como no caso da Gerdaui, e igualdade de gênero, como o BRICS Women Business Alliance (WBA).

Cabe ainda ressaltar que no caso de formação profissionalizante os projetos podem se mesclar com os interesses finalísticos da empresa, no sentido de formação de mão de obra, mas ao mesmo tempo é considerada como contribuição para o setor educacional como um todo. O histórico de criação do Senai no Brasil é um exemplo de como se misturam os interesses de formação de mão de obra do setor privado e as políticas públicas educacionais no campo da formação técnica. Quanto aos setores das empresas engajadas em CSS, constatou-se que doze são companhias do setor da indústria, quatro de serviços e uma do setor de agricultura.

Em relação à forma de engajamento foram identificadas (dentro do grupo de dezenove empresas engajadas em CSS) a atuação individual – quando a empresa tem projetos de CSS sem vínculo com um representante estatal, seja o Brasil ou outro país parceiro; nesses casos há parcerias com outros atores como a sociedade civil organizada, instituições de pesquisa ou empresas – e a atuação em parceria com o Estado – quando os projetos de CSS são realizados em parceria com governos, brasileiro, locais e/ou do Norte global em arranjos triangulares, sobretudo com agências de cooperação.

É preciso destacar, porém, que tais categorias não podem ser consideradas estanques. O fato de uma empresa não estar engajada em algum projeto específico de CSS em parceria com a ABC não a impede de estar inserida em um contexto estratégico nacional no âmbito da CSS, como é o caso da Vale e Odebrecht. São empresas que atuam em setores de infraestrutura no Sul global, consideradas fundamentais na estratégia nacional brasileira de inserção global, no entanto,

não atuam por meio de projetos em parceria com a ABC ou outra instituição estatal brasileira.

Feita essa ressalva, a relação entre as empresas e as formas de engajamento está indicada no quadro 1.

QUADRO 1
Empresas e engajamentos

Atuação individual	Atuação em parceria com o Estado	
	Com o governo brasileiro	Com governos locais (ou países parceiros do Norte global em arranjos triangulares)
-	-	Artecola
Bradesco	-	Bradesco
-	BRF	-
-	-	Braskem
Eletronbras	Eletronbras	Eletronbras
-	-	Gerdaul
-	Grupo Serpa	-
Intercement	-	Intercement
Isae/FGV	-	Isae/FGV
Marcopolo	-	-
-	-	Maurício de Souza
-	Natura &Co	-
Odebrecht	-	Odebrecht
Petrobras	Petrobras	Petrobras
-	-	-
Sabó	-	-
Senai	Senai	Senai
-	-	Stefanini
Vale	-	Vale
Votorantim	-	-

Elaboração da autora.

Há de se ressaltar que os casos das empresas BRF, Grupo Serpa, Natura &Co e Petrobras¹⁹ se relacionam ao mesmo projeto, o BRICS WBA, que tem o apoio do Ministério das Relações Exteriores (MRE) brasileiro. Esse projeto envolve executivas de grandes empresas do BRICS²⁰ e promove a capacitação e a inserção de mulheres em cargos de alto nível.

19. Soma-se a esse grupo a empresa Queiroz Galvão, que não está na amostra porque não tem atuação em países do Sul global.

20. Acrônimo de Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul.

Além desse grupo, apenas a Eletrobras e o Senai tiveram e/ou têm parceria com o governo brasileiro, via ABC, para projetos de CSS.²¹ Com essa consideração, é possível observar que a maioria dos casos de engajamento em CSS, neste levantamento, se dá por iniciativa individual ou em parceria com governos locais. Isso pode ser explicado, em parte, pelo fato de que as PPPs no Brasil se destinam majoritariamente a projetos realizados em território nacional, uma vez que não há previsão legal para a realização dessas parcerias no exterior.²² No entanto, o nível de engajamento com os governos locais é um dos aspectos analisados nos debates mais recentes sobre a atuação do setor privado na CSS e, em linhas gerais, esse nível também é considerado baixo (Esteves *et al.*, 2019).

4.2.3 Motivações

A partir das entrevistas, constam três principais motivações para o engajamento das empresas em cooperação para o desenvolvimento. Em primeiro lugar, há a *própria demanda de organizações e demais atores globais por boas práticas empresariais no campo de desenvolvimento sustentável*, sobretudo no campo ambiental. Uma das principais referências, nesse sentido, é a governança ambiental, social e corporativa (*environmental, social, and corporate governance* – ESG), uma tendência cada vez mais adotada pelas principais empresas com atuação global. Também no caso das empresas de capital aberto, ou que pretendem abrir o capital, são evidentes as exigências das bolsas de valores no que tange a compromissos de sustentabilidade avaliados por auditoria.

Em segundo lugar, aparecem os *incentivos fiscais* dos governos locais como uma das motivações para engajamento em projetos de desenvolvimento em que há operações da empresa, como citado por Artecola e Marcopolo.

Por fim, a *própria questão da imagem da empresa* entra na equação quando há mais visibilidade das suas atividades, sobretudo nas redes sociais e cobranças da própria sociedade civil, o que impacta diretamente a disposição dos clientes.

Na maioria dos relatos existe uma compreensão da empresa no que tange à noção de sustentabilidade não só ambiental, mas também social na comunidade em que ela se insere e seus impactos na longevidade da própria companhia. Há, porém, em poucos casos, um discurso de filantropia, doação voluntária e “missão de ajudar ao próximo” quase que individualizado dos fundadores da

21. O Isae/FGV já teve parceria com a ABC para projeto de cooperação com os Estados Unidos. Como não se enquadra em CSS, não foi incluído nesse grupo.

22. Deve-se observar que, segundo a legislação brasileira, existem duas modalidades de PPPs: i) concessão patrocinada – as tarifas cobradas dos usuários da concessão não são suficientes para pagar os investimentos feitos pelo parceiro privado. Assim, o poder público complementa a remuneração da empresa por meio de contribuições regulares, isto é, o pagamento do valor mais imposto e encargos; e ii) concessão administrativa – quando não é possível ou conveniente cobrar do usuário o serviço de interesse público prestado pelo parceiro privado. Por isso, a remuneração da empresa é integralmente feita pelo poder público.

empresa, sendo considerado como principal motivo de suas ações, como é o caso da Artecola.

4.2.4 PSE e acordos globais para o desenvolvimento

Dos acordos internacionais, o que tem maior adesão entre as empresas listadas é o Pacto Global (UN Global Compact). O levantamento aqui apresentado constatou a adesão de 33 empresas ao Pacto Global, correspondendo a 43,4% do total. Em menor frequência, foram registrados os seguintes acordos, fóruns e parcerias globais:

- Associação de Escolas de Negócios do BRICS (Association of BRICS Business Schools – ABBS);
- Associação Global da Indústria de Óleo e Gás para Desempenho Ambiental e Social (International Petroleum Industry Environmental Conservation Association – Ipieca);
- Banco Mundial – Carbon Pricing Leadership Coalition;
- BRICS WBA;
- Carbon Disclosure Project (CDP);
- Centre of East European Management Development Association (CEEMAN);
- Comissão de Integração Energética Regional (Cier);
- Comitê Consultivo de Empresas e Indústrias da OCDE;
- Conselho Latino-Americano de Escolas de Administração (Cladea);
- Conselho Empresarial do BRICS;
- Conselho Internacional de Associações das Indústrias Químicas (International Council of Chemical Associations – ICCA);
- Diretrizes de saúde, segurança e meio ambiente do Grupo Banco Mundial;
- Fórum Econômico Internacional (Quarta Revolução Industrial no Brasil);
- Global Energy Interconnection Development and Cooperation Organization (GEIDCO);
- Global Fund;
- Global Responsible Leadership Initiative (GRLI);
- GRI;
- Innovation Funds: consórcio europeu de financiamento de projetos de economia circular, desenvolvimento tecnológico e sustentabilidade;

- International Finance Corporation (IFC) – Princípios do Equador;
- Movimento Global de Empresas B;²³
- Net-Zero Emissions (Zebra);
- Organização Internacional do Trabalho (OIT); Centro Intramericano para el Desarrollo del Conocimiento en la Formación Profesional (Cinterfor);
- Organização das Nações Unidas (ONU) Mulheres;
- Princípios do Investimento Responsável (Principles for Responsible Investment – PRI); Princípios para Sustentabilidade em Seguros (Principles for Sustainable Insurance – PSI);
- Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) – Princípios da Responsabilidade Bancária;
- Rede de Soluções para o Desenvolvimento Sustentável (World Business Council for Sustainable Development – WBCSD);
- Red Universitaria de América Latina y el Caribe para la Gestión y la Reducción de Riesgos de Desastres (Redulac/RRD);
- United Nations Academic Impact (UNAI) – University Coalition;
- United Nations Principles for Responsible Management Education (UNPRME); e
- United Nations Sustainable Cities Programme (UNSCP).

Ademais, também foram registradas três empresas que têm projetos alinhados aos ODS, apesar de não serem signatárias do Pacto Global: Alpargatas, Artecola e BRF. É importante reforçar o que já foi pontuado anteriormente. Embora essa participação em acordos, fóruns e parcerias globais possa ser um catalisador para o engajamento em cooperação internacional, os projetos realizados nesse escopo não se dão necessariamente no exterior, nem há obrigatoriedade de engajamento em cooperação internacional. Os compromissos podem ser cumpridos por meio de ações desenvolvidas em seu país-sede. Além disso, a adesão ao Pacto Global e a outros acordos internacionais não é garantia de que a companhia terá engajamento em projetos efetivos, para além da natureza finalística das suas atividades. Algumas empresas signatárias desses acordos cumprem apenas metas de mitigação dos impactos socioambientais das suas atividades.

23. Definição do sistema B, fragmento do site institucional: "O Sistema B Brasil é uma organização parceira do B Lab desde 2012, e responsável pelo engajamento, divulgação e promoção local de todo movimento B em todo país. O Movimento Global de Empresas B foi criado em 2006 nos Estados Unidos com objetivo de redefinir o sucesso na economia para que sejam considerados não apenas o êxito financeiro, como também o bem-estar da sociedade e do planeta". Disponível em: <https://www.sistemabbrasil.org/sobre>. Acesso em: 8 abr. 2022.

4.2.5 Casos de destaque

Entre as empresas com engajamento em CSS que foram entrevistadas, algumas se destacam pela natureza da sua atuação (todas as demais empresas sem/com engajamento em CSS, bem como seus respectivos projetos foram listados no quadro do apêndice A). Em primeiro lugar, o Senai, por ser um caso específico, uma vez que é uma entidade classista de direito privado e de ter um largo histórico em cooperação internacional, sobretudo com a ABC; em seguida, a Gerdau, por ser o único caso com projetos em arranjos trilaterais sem mediação do Estado brasileiro; o conjunto BRF, Grupo Serpa, Natura & Co e Petrobras no BRICS WBA, único projeto com enfoque em igualdade de gênero; a empresa Artecola, que tem um foco de atuação regional, identificando-se sobretudo como uma empresa latino-americana; o Bradesco, único representante brasileiro em iniciativa global para o desenvolvimento sustentável no setor bancário, e é pioneiro em alguns projetos ambientais; e, por fim, o Isae/FGV, que tem forte engajamento em cooperação acadêmica e científica no Sul global.

Embora o Senai tenha sido criado para dar suporte a uma agenda nacional/estatal (Gonçalves, 2011; Leite, 2013), é considerado uma instituição de natureza privada²⁴ e vinculado à Confederação Nacional da Indústria (CNI). Sua manutenção é feita pelas indústrias brasileiras por meio da contribuição de 1% do faturamento anual, mais um adicional de 0,2% para empresas com mais de quinhentos funcionários. O Senai tem experiência de cinquenta anos em cooperação internacional, tendo sido marcado inicialmente pela cooperação recebida. Atualmente, a cooperação recebida, denominada “Captação de Tecnologia e Conhecimento”, inclui instituições de pesquisa e universidades nos Estados Unidos, Itália, Alemanha, Canadá e Finlândia, além da agência alemã de cooperação GIZ.²⁵

No âmbito da CSS, o Senai é um parceiro da ABC, sobretudo à frente dos centros de formação profissional com cursos profissionalizantes em países da América Latina, África e Ásia,²⁶ uma das principais estratégias de CSS brasileira, que teve grande força na primeira década dos anos 2000. Segundo o entrevistado Frederico Lamego, superintendente de negócios internacionais do Senai,²⁷ atualmente há nove centros de formação profissional com a ABC, e um deles tem parceria com a agência de cooperação alemã – GIZ (é o Centro de Tecnologias Ambientais no Peru). Lamego também aponta que há projetos sem intermediação do governo brasileiro e, nesses casos, as negociações se dão diretamente com agências de cooperação do Norte global em arranjos trilaterais, por exemplo, a GIZ, a agência de cooperação japonesa – Jica (que junto com a ABC formam as duas principais

24. Disponível em: <http://www.portaldaindustria.com.br/senai/institucional/estrutura-institucional/>.

25. Disponível em: <http://www.portaldaindustria.com.br/cni/canais/contribuinte/como-contribuir/contribuicao-adicional-senai/>.

26. Disponível em: <http://www.abc.gov.br/projetos/pesquisa>.

27. Entrevista realizada em 22 de janeiro de 2021.

parcerias) e a agência de cooperação de Luxemburgo – LuxDev; com instituições congêneres como o Servicio Nacional de Aprendizaje da Colômbia (Sena); instituições de pesquisa; e empresas. No caso dos contratos de empresas ocorre também que o cliente é uma companhia brasileira com atuação no exterior, como a Braskem, que recebeu capacitação do Senai para sua operação no México.

Outro caso de destaque é a empresa Gerdau, cujo engajamento em cooperação se mostrou proeminente ao longo desta pesquisa. Desde 2018, a companhia tem três frentes de atuação na promoção do desenvolvimento para além de suas atividades finalísticas: educação empreendedora, habitação e reciclagem. As ações nesse sentido são promovidas tanto no Brasil quanto no exterior. No Sul global, a empresa atua na Argentina, Chile, Colômbia, Índia, México, Peru, República Dominicana, Uruguai e Venezuela. Os projetos recebem investimento direto da empresa, que estabelece parcerias técnicas com governos em suas diversas esferas.

A gente prefere, até por uma questão de *compliance*, a gente prioriza que as nossas parcerias com prefeituras, com governos estaduais e eventualmente com o governo federal aconteçam muito mais no sentido de somar esforços de iniciativas públicas que já estavam acontecendo (políticas públicas), principalmente no nível municipal e que o poder público seja um parceiro nosso, mas que não haja necessidade de investimento financeiro por parte do poder público.²⁸

Entre os projetos da empresa, destaca-se o Gerdau Transforma, um programa próprio de educação voltado para o empreendedorismo com abrangência em todas as suas operações na América Latina.

Tem um projeto de educação próprio, que a gente criou, que é um programa chamado Gerdau Transforma, que é para ajudar empreendedores em início de empreendimento, ou seja, na fase mais de criação, como colocar um negócio em pé, ou para empreendedores informais (a gente chama no Brasil de vendedores de rua), empreendedor que não tem CNPJ [Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica], e como eles podem melhorar seus negócios, e em alguns casos até entrar um MEI [microempreendedor individual]. É um programa de curta duração, com metodologia ágil que em uma semana ensina ou ajuda a colocar em prática micro e pequenos negócios. Então esse é um programa que tem no Brasil e na América Latina, ele acontece em todos os países, da Argentina até o México. Esse é o único programa que nós temos que é nosso, que é propriedade da Gerdau. Normalmente, os outros projetos, depende do eixo, eles acabam acontecendo com parceria do terceiro setor, então geralmente uma ONG, uma organização social sem fins lucrativos, que detém ali um programa e a gente entra como o apoiador tanto financeiro quanto de voluntariado corporativo.²⁹

28. Entrevista realizada com Paulo Boneff, *head global* de responsabilidade social da Gerdau, em 23 de abril de 2021.

29. Entrevista com Paulo Boneff (*head global* da Gerdau) em 23 de abril de 2021.

Com o terceiro setor, a Gerdau tem um programa de construção de casas para pessoas em vulnerabilidade no Peru, México e Colômbia em parceria com a ONG Teto.³⁰ Tanto a Gerdau quanto o Senai possuem projetos de cooperação em arranjos trilaterais, as únicas empresas da amostra.

Entre 2011 e 2014 a Gerdau desenvolveu na América Latina projetos voltados para cooperativas de reciclagem com financiamento do governo alemão. A empresa tem parcerias com as agências de cooperação da Alemanha (GIZ), Estados Unidos (USAID) e Reino Unido (UKAid). O Senai, por sua vez, também tem parcerias com agências de cooperação como a GIZ (Alemanha) e a Jica (Japão) para projetos na América Latina e África, como informado por Frederico Lamego em sua entrevista.

O caso do BRICS WBA – BRF, Grupo Serpa, Natura &Co e Petrobras – destaca-se na pesquisa por ser a única iniciativa focada na promoção da igualdade de gênero e por reunir um grupo de empresas no mesmo projeto. No Brasil, a aliança está vinculada à CNI e tem apoio do MRE. O grupo foi criado em julho de 2020 e é formado por cinco executivas de cada um dos países do BRICS. Tem como metas centrais promover o empreendedorismo de mulheres e seu potencial nos países do bloco e a inclusão dos negócios liderados por mulheres na cadeia de valor global. As áreas de atividade incluem: i) desenvolvimento inovador; ii) saúde; iii) segurança alimentar e ambiental; iv) economia inclusiva; e v) indústrias criativas e turismo. Tânia Reis, a *chief executive officer* (CEO) do Grupo Serpa, foi a representante do BRICS WBA que cedeu entrevista a esta pesquisa.³¹ Segundo Tânia,

o objetivo é fazer com que essas mulheres fiquem mais participativas nas empresas, e tomem as posições não só de gestoras mas também acompanhadas com o próprio salário, na igualdade, nesse sentido. Esse é um dos objetivos. Também fazer capacitações, oferecer capacitações para as pequenas e médias empresas, para que essas mulheres também possam amanhã ser as empreendedoras. Então é aflorar nelas essa condição que elas têm mas não conhecem. E aí tem uma divisão na questão de saúde, que está sendo estudado, o próprio *networking* entre os países.

A Artecola Química é uma empresa de adesivos e laminados especiais fundada em 1948. A companhia tem a América Latina como foco central de atuação e possui projetos de desenvolvimento social em todas as suas plantas (fábricas na Argentina, Chile, Colômbia, México e Peru e planos de expansão para outros países da região); seu público-alvo é majoritariamente os jovens. Há ainda projetos de cooperação científica com agências estatais de fomento à pesquisa no Chile, Colômbia e México.

30. Fundada no Chile e com atuação em dezoito países da América Latina e do Caribe.

31. Entrevista realizada em 8 de dezembro de 2020.

Em entrevista, Eduardo Kunst, CEO da companhia, aponta que embora não seja signatária de acordos globais a companhia segue os ODS no Brasil e em suas plantas no exterior. Na entrevista, Kunst destaca o enfoque da empresa na produção de emprego e tecnologia criada *na e para* a América Latina, sendo parte do seu planejamento estratégico a promoção do desenvolvimento sustentável e social da região. Ainda registra a seguinte expressão: “nos posicionamos como uma empresa ‘multilatiná’ e não uma empresa brasileira”.³²

O Bradesco destaca-se por alguns projetos pioneiros em que é o único representante do setor bancário brasileiro. Ele integra um grupo de 28 bancos, de cinco continentes, que junto com as Nações Unidas está formulando os princípios de responsabilidade bancária para atingir os ODS, bem como os objetivos do Acordo Climático de Paris. Essa iniciativa busca ter função semelhante aos PRIs e aos PSIs. Ademais, o representante entrevistado, Guilherme de Melo, gerente de sustentabilidade do banco, revelou que, com o apoio da plataforma Empresas pelo Clima (EPC), o Bradesco realizou em 2018 um projeto-piloto para análise da sensibilidade do lucro líquido das empresas de seu portfólio de investimentos à adoção de um instrumento de precificação de carbono no Brasil, Argentina e México. Ele também participa de projeto de cooperação científica na América Latina com a agência GIZ – o Fórum LAB (Laboratório de Inovação Financeira) do Inter-American Development Bank.³³

Em entrevista, Gustavo Loiola, coordenador de sustentabilidade e relações internacionais do Isae/FGV, menciona duas frentes principais de parcerias internacionais: intercâmbio de alunos e cooperação em pesquisa. Já houve parceria com Bolívia, Paraguai e Tanzânia; atualmente há parceria intensa com o Peru e aproximações com a Índia. Ademais, além de ser signatário de acordos globais no âmbito das Nações Unidas, participa de iniciativas regionais, tais como: CEEMAN, que é uma associação de instituições de ensino. Inicialmente do Leste Europeu, eles têm ainda uma atuação global; a ABBS; e o Cladea. O entrevistado ainda reforça o engajamento em cooperação desde a fundação do instituto:

desde a concepção da instituição, ele traz essa questão da internacionalização como um dos pilares basilares. Então quando o Isae surge, em 96, o grande foco era potencializar parcerias com o Mercosul, tanto que o Isae é o Instituto Superior de Administração e Economia do Mercosul. Então ele surge na época como um braço da FGV para lidar com essas interações com o Mercosul, e hoje eu vejo que é um contexto institucional de fortalecimento de marca, visto que a educação atualmente precisa promover esse tipo de colaboração e parceria.³⁴

32. Entrevista realizada em 22 de março de 2021.

33. Entrevista realizada com Guilherme de Melo, gerente de sustentabilidade do Bradesco, em 14 de dezembro de 2020.

34. Entrevista realizada com Gustavo Loiola, coordenador de sustentabilidade e relações internacionais do Isae/FGV, em 18 de dezembro de 2020.

4.2.6 Avaliação

A avaliação da CSS é um dos maiores desafios atuais e tem suscitado inúmeros debates nos espaços de tomada de decisão política e nos âmbitos da academia e da sociedade civil organizada. Apesar do interesse crescente nesse campo, são ainda incipientes as estratégias de avaliação da CSS.

No caso brasileiro, alguns passos iniciais são observados, como o *Manual da Gestão da Cooperação Técnica Internacional* da ABC, que trata de alguns aspectos da avaliação; o *roadmap Caminhos para a Construção de Sistemas e Processos de Monitoramento e Avaliação da Cooperação Internacional*, lançado em 2017 pela Articulação Sul, BRICS Policy Centre e a ABC.

Em nível global, umas das iniciativas mais notórias é o *framework* lançado pela rede Network of Southern Think-Tanks (NeST), que teve por objetivo criar um quadro de análise a partir dos princípios da CSS. No entanto, o modelo não foi levado a diante em razão de divergências entre os atores envolvidos; fato que torna necessário se considerar a heterogeneidade de perspectivas no interior do próprio Sul global.

O caso específico da avaliação do engajamento do setor privado na CSS é um desafio ainda maior, visto que este é um campo da CSS sobre o qual os debates são muito iniciais. Em nenhum dos casos analisados foi constatado um robusto processo de monitoramento e avaliação, nem de análise de impacto dos projetos e ações de cooperação levantados. Algumas empresas incluem tais projetos nos processos regulares de avaliação e prestação de contas da própria companhia, sem participação dos atores envolvidos e beneficiários diretos dos projetos. Mesmo no caso do Senai, que tem grande atuação junto à ABC, não há um mecanismo específico para avaliação dos projetos de CSS. Há apenas alguns relatórios pontuais com foco na empregabilidade dos alunos egressos dos cursos de capacitação profissional. Apenas no caso da Petrobras foi indicado em seu relatório um mecanismo de avaliação por uma entidade externa que analisa sua atuação no exterior, mas somente no que tange aos impactos ambientais e sociais de suas atividades finalísticas, não especificamente aos projetos de PSE em cooperação.

5 ACHADOS COMPLEMENTARES

Cabe ressaltar que, embora não estivesse no escopo da pesquisa, algumas empresas citaram uma atuação emergencial humanitária no contexto da pandemia de covid-19. Empresas como a Gerdau, Artecóla e BTG fizeram doações de equipamentos de proteção individual (EPIs) e alimentos para países na América Latina.

Um outro dado observado para além do escopo da pesquisa é um processo de desinvestimento de empresas brasileiras no exterior. Algumas companhias

como a Eletrobras, Sabó, Marcopolo e Petrobras estão em processo de redução de suas operações internacionais. A empresa Queiroz Galvão, por exemplo, fazia parte do *ranking*, mas não foi contemplada por este levantamento por ter fechado suas filiais fora do Brasil. Esse processo confirma a tendência indicada recentemente pela FDC, que aponta que o índice de internacionalização das empresas brasileiras caiu em 2018 pela primeira vez desde 2010. Esse índice pode baixar em virtude da pandemia, visto que há dados que ainda não foram analisados.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista a amostra deste levantamento, pode-se concluir que é muito relevante o número de empresas brasileiras que têm atuação no Sul global; no entanto, um número reduzido tem engajamento em CSS. Embora uma parte significativa dessas empresas seja signatária de acordos globais para a promoção do desenvolvimento, tais acordos não são garantia para a participação em projetos de CSS, e em muitos casos as empresas concentram seus projetos de desenvolvimento, sejam sociais, culturais ou ambientais, no Brasil.

Em relação às formas de engajamento, predominam as iniciativas individuais ou parcerias com países e atores locais, sendo minoria os casos de parceria com o governo brasileiro para a CSS. Entre os projetos identificados sobressaem os relacionados ao meio ambiente, à formação profissionalizante e a parcerias em pesquisa e desenvolvimento (P&D). As motivações para o engajamento se concentram na própria demanda global por ações mais voltadas para o desenvolvimento sustentável; incentivos fiscais concedidos por governos locais; e imagem e reputação da empresa. Constatou-se ainda a inexistência de mecanismos específicos de avaliação dos projetos, sobretudo que envolvam os atores parceiros, mecanismos esses que poderiam contribuir para um engajamento centrado em princípios tais quais os propostos em Kampala, onde impacto, autonomia e transparência orientam a cooperação privada.

Considerando a internacionalização como um processo catalisador para tal engajamento, é possível que, com o cenário de desinternacionalização que foi indicado ao longo da pesquisa, esse movimento seja ainda mais retraído nos próximos anos. Porém, a demanda cada vez mais crescente pelo envolvimento e compromisso do setor privado para a promoção do desenvolvimento sustentável e a adesão a acordos globais e mecanismos regionais podem ser movimentos impulsionadores para a CSS, na medida em que a cooperação seja vista como um instrumento para fortalecimento de tais compromissos. Do mesmo modo, políticas estatais que estimulem as parcerias desses atores na promoção da CSS, que se demonstraram bastante escassas neste levantamento, também poderiam ser um componente catalisador.

REFERÊNCIAS

- ADELMAN, C.; SPANTCHAK, Y. Foundations and private actors. **International Development: ideas, experiences and prospects**. London: Oxford Press, 2014.
- ALMEIDA, E.; KRAYCHETE, E. Cooperação Brasil-Moçambique no governo Lula: marcos para a compreensão de um discurso. *In*: KRAYCHETE, E.; VITALE, D. (Org.). **Cooperação internacional para o desenvolvimento: desafios no século XXI**. Salvador: EDUFBA, 2013. p. 237-264.
- ANTONINI, B.; HIRST, M. **Pasado y presente de la cooperación Norte-Sur para o desarrollo**. Ministério das Relações Exteriores da Argentina, 2009.
- BARAKAT, L. L. *et al.* **Ranking FDC das multinacionais brasileiras 2017: gestão do conhecimento na internacionalização**. 12. ed. Fundação Dom Cabral, 2017. (Relatório de Pesquisa).
- BENN, J.; SANGARE, C.; HOS, T. **Amounts mobilised from the private sector by official development finance interventions: guarantees, syndicated loans, shares in collective investment vehicles, direct investment in companies and credit lines**. OCDE, 2017.
- COSTA, T.; SANTOS, S. Entre a cooperação Norte-Sul e a cooperação Sul-Sul: percepções sobre o “papel” das ONGs brasileiras na cooperação internacional. *In*: KRAYCHETE, E.; VITALE, D. (Org.). **Cooperação internacional para o desenvolvimento: desafios no século XXI**. Salvador: EDUFBA, 2013. p. 167-196.
- DAVIES, P. **The role of the private sector in the context of aid effectiveness**. Consultative findings document final report. [s.l.]: OECD, 2 Feb. 2011.
- DI BELLA, J. *et al.* **The private sector and development: key concepts**. [s.l.]: NSI, 2013.
- ESTEVES, P. *et al.* **Private sector engagement through development cooperation (PSE)**. BRICS Policy Center, 2019.
- GONÇALVES, F. C. **Cooperação Sul-Sul e política externa: um estudo sobre a participação de atores sociais**. 2011. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.
- GRI – GLOBAL REPORTING INITIATIVE; UN GLOBAL COMPACT – UNITED NATIONS GLOBAL COMPACT; WBCSD – WORLD BUSINESS COUNCIL FOR SUSTAINABLE DEVELOPMENT. **Guia dos ODS para as empresas: diretrizes para implementação dos ODS na estratégia dos negócios**, 2015.
- HUDSON INSTITUTE. **Index of Global Philanthropy and Remittances**. Washington, DC. 2012. Disponível em: <http://www.hudson.org/files/publications/2012IndexofGlobalPhilanthropyandRemittances.pdf>. Acesso em: 21 mar. 2022.

KINDORNAY, S. *et al.* **Effective private sector engagement through development cooperation.** Global Partnership for Effective Development Cooperation, 2018.

KINDORNAY, S.; REILLY-KING, F. **Investing in the business of development:** bilateral donor approaches to engaging the private sector. The North-South Institute e Canadian Council for International Co-operation, 2013.

LEITE, I. C. **O envolvimento da Embrapa e do Senai na cooperação Sul-Sul:** da indução à busca pela retroalimentação. 2013. Tese (Doutorado) – Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

LEITE, I. C.; SUYAMA, B.; WAISBICH, L. T. **Para além do tecnicismo:** a Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional e caminhos para sua efetividade e democratização. [s.l.]: Cebrap; Articulação Sul; IDS, 2013. (Policy Brief).

LOPES, L. **O Brasil no regime da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento:** quoi de neuf? São Paulo: PUC-SP, 2011.

MAWDSLEY, E. From billions to trillions: financing the SDGs in a world ‘beyond aid’. **Dialogues in Human Geography**, v. 8, n. 2, p. 191-195, 2018.

MILANI, C. **Brazil’s South-South co-operation strategies:** from foreign policy to public policy. South African Institute of International Affairs, mar. 2014.

MILANI, C. *et al.* Cooperação Sul-Sul em educação e relações Brasil-PALOP. **Caderno CRH**, Salvador, v. 29, n. 76, p. 13-32, jan./abr. 2016.

OECD – ORGANIZATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT. **Understanding key terms and modalities for private sector engagement in development co-operation.** Private Sector Peer Learning, Peer Inventory 1: Private Sector Engagement Terminology and Typology, 2016.

PINHEIRO, L.; MILANI, C. **Política externa brasileira:** a prática das políticas e as políticas das práticas. Rio de Janeiro: FGV, 2012.

SOARES, F.; INOUE, C. O papel do setor privado na Agenda 2030: modalidades de engajamento e alternativas de financiamento. **Rev. Carta Internacional**, v. 15, n. 1, p. 5-28, 2020.

SOUZA, A. de M. **Repensando a cooperação internacional para o desenvolvimento.** Brasília: Ipea, 2014.

UNOSSC – UNITED NATIONS OFFICE FOR SOUTH-SOUTH COOPERATION. **Role of South-South cooperation and the implementation of the 2030 Agenda for Sustainable Development:** challenges and opportunities. UNOSSC A/73/383, 17 Sept. 2018.

_____. **Resolution adopted by the General Assembly on 15 April 2019.** UNOSSC A/RES/73/291, 2019.

APÊNDICE A

QUADRO A.1 Empresas

Nome empresa/instituição	Sector/área de atuação	Experiências internacionais	Acordos globais	Desenvolvimento e sustentabilidade (responsabilidade social)	Alinhamento aos ODS	Engajamento em projetos de CSS
Algar Tech	Serviços/tecnologia	A empresa tem unidades na Argentina, Colômbia e México.	Signatária do Pacto Global das Nações Unidas.	A empresa promove projetos sociais e ambientais. Atuação doméstica.	-	-
Alpargatas	Indústria/calçados	A empresa tem sete fábricas na Argentina além de um escritório. Também tem escritórios na Alemanha, Colômbia, Espanha, Estados Unidos, França, Hong Kong, Inglaterra, Itália e Portugal. ¹	-	A empresa mantém o Instituto Alpargatas. Atuação na educação pública. Atuação doméstica.	Projetos alinhados aos ODS.	-
Amaggi	Agropecuária/agricultura	A empresa tem escritórios na Argentina, China, Holanda, Noruega, Paraguai e Suíça.	Signatária do Pacto Global das Nações Unidas.	Posicionamento global de sustentabilidade/ Plano de Sustentabilidade 2025. Atuação doméstica.	-	-
Ambev	Indústria/alimentícia (bebidas)	Atuação internacional com operações em Antígua, Argentina, Barbados, Bolívia, Canadá, Chile, Cuba, Panamá, Paraguai, República Dominicana, São Vicente e Uruguai.	Signatária do Pacto Global das Nações Unidas.	Projetos de sustentabilidade e desenvolvimento social. Atuação doméstica.	-	-
Andrade Gutierrez	Indústria/construção civil	Atuação internacional com projetos, negócios e escritórios em mais de quarenta países não descritos no site institucional da empresa.	-	Projetos de saúde, educação e meio ambiente. Atuação doméstica.	-	-

(Continua)

(Continuação)

Nome empresa/instituição	Setor/área de atuação	Experiências internacionais	Acordos globais	Desenvolvimento e sustentabilidade (responsabilidade social)	Alinhamento aos ODS	Engajamento em projetos de CSS
Arauco	Serviço/moveleiro	A empresa tem fábricas na África do Sul, Alemanha, Argentina, Chile, Espanha, Estados Unidos, Canadá, Portugal e Uruguai. Além disso, tem negócios em mais 75 países.	-	-	-	-
Artecola	Indústria/adesivos e laminados especiais (indústria química)	Atuação internacional com filiais na Argentina, Chile, Colômbia, México e Peru.	-	Meio ambiente, ação social (Fundação Francisco Xavier Knust) e sustentabilidade econômica. Atuação doméstica e internacional.	Projetos orientados pelos ODS.	- Projetos sociais em cada uma das plantas, sobretudo com jovens. - Projetos ambientais em cada uma das plantas, sobretudo voltados para reciclagem. - Parcerias com agências governamentais de fomento à pesquisa no Chile, Colômbia e México.
Ásia Shipping	Serviço/transporte comercial internacional	Atuação internacional com escritórios em Bangladesh, Chile, China, Coreia do Sul, Equador, Estados Unidos, Índia, Taiwan e Vietnã.	Signatária do Pacto Global das Nações Unidas.	Responsabilidade socioambiental. Atuação doméstica e internacional.	-	-
Avenorte	Agropecuária/alimentos	A empresa atende trinta países não descritos no site institucional da empresa.	Signatária do Pacto Global das Nações Unidas.	Meio ambiente. Atuação doméstica.	-	-
Baru Offshore	Serviço/serviços rebocadores offshore	Possui escritórios na Colômbia, México e Peru. Faz parte da Intertug, que tem operações na Colômbia, Honduras, Jamaica, região do Caribe e México.	Signatária do Pacto Global das Nações Unidas.	Compromisso com as pautas sociais e ambientais do Pacto Global das Nações Unidas. Atuação doméstica e internacional.	-	-

(Continua)

(Continuação)

Nome empresa/instituição	Setor/área de atuação	Experiências internacionais	Acordos globais	Desenvolvimento e sustentabilidade (responsabilidade social)	Alinhamento aos ODS	Engajamento em projetos de CSS
Baterias Moura	Indústria/baterias	A empresa tem unidades na Argentina, Paraguai e Uruguai.	-	A empresa mantém o Instituto Conceição Moura e atua nas áreas de educação e meio ambiente. Atuação doméstica.	-	-
Banco do Brasil	Serviço/setor bancário	Alemanha, Áustria, Chile, China, Estados Unidos, França, Itália, Japão, Paraguai, Portugal e Reino Unido.	- Signatária do Pacto Global das Nações Unidas. - Princípios do Equador (International Finance Corporation – IFC). - Princípios do Investimento Responsável (Principles for Responsible Investment – PRI). - Parceria com a ONU Mulheres.	Projetos de sustentabilidade e desenvolvimento social. Atuação doméstica.	Projetos orientados pelos ODS.	-
Blanver	Indústria/farmacêutica	A empresa mantém escritórios na Espanha e nos Estados Unidos e atua em mais de cem países (exportação).	Signatária do Pacto Global das Nações Unidas..	Atua em projetos sociais. Atuação doméstica.	-	-

(Continua)

(Continuação)

Nome empresa/instituição	Setor/área de atuação	Experiências internacionais	Acordos globais	Desenvolvimento e sustentabilidade (responsabilidade social)	Alinhamento aos ODS	Engajamento em projetos de CSS
Bradesco	Serviço/sector bancário	Atua com agências nos Estados Unidos, Hong Kong, Luxemburgo, México e Reino Unido.	<ul style="list-style-type: none"> - Signatária do Pacto Global das Nações Unidas. - Princípios do Equador – IFC. - Diretrizes de saúde, segurança e meio ambiente do Grupo Banco Mundial. - Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) – Princípios da Responsabilidade Bancária. - PRI e Princípios para Sustentabilidade em Seguros (Principles for Sustainable Insurance – PSI). 	<p>A empresa mantém a Fundação Bradesco.</p> <p>Atuação nas áreas de cultura, esporte e meio ambiente (incluindo Green Bonds).</p> <p>Atuação doméstica.</p>	<p>Projetos alinhados aos ODS (4, 5, 8, 9, 10 e 13).</p>	<p>Participa do Laboratório de Inovação Financeira (LAB), que é um fórum de interação multissetorial, criado pela Associação Brasileira de Desenvolvimento (ABDE), o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), que, em parceria com a Agência Alemã de Cooperação (GIZ), reúne representantes do governo e da sociedade para promover as finanças sustentáveis no país. Alinhamento aos ODS e ao Acordo de Paris.</p>
Braskem	Indústria/produção de resina termoplástica	<p>Unidades industriais na Alemanha, Estados Unidos e México. Atua também na Argentina, Chile, Singapura, Colômbia, Holanda, Índia e Peru. Tem clientes em mais de 87 países.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Signatária do Pacto Global das Nações Unidas. - Membro do Conselho Internacional de Associações das Indústrias Químicas (ICCA). - Carbon Disclosure Project – CDP) - Banco Mundial; Carbon Pricing Leadership Coalition. - Innovation Funds: consórcio europeu de financiamento de projetos de economia circular, desenvolvimento tecnológico e sustentabilidade. 	<p>Atua em projetos sociais no Brasil e tem compromissos socioambientais firmados globalmente.</p> <p>Atuação doméstica e internacional.</p>	<p>Projetos alinhados aos ODS.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Participação de fundos de fomento à inovação. - Parcerias em pesquisa e desenvolvimento (P&D); possui uma área de inovação e tecnologia que promove investimentos em projetos de pesquisa e desenvolvimento com universidades e centros de pesquisa para alavancar tecnologias disruptivas e ligadas aos ODS.

(Continua)

(Continuação)

Nome empresa/instituição	Setor/área de atuação	Experiências internacionais	Acordos globais	Desenvolvimento e sustentabilidade (responsabilidade social)	Alinhamento aos ODS	Engajamento em projetos de CSS
BRF	Agropecuária/alimentos	Atua com escritórios e em unidades fabris em 24 países na África, América, Ásia e Europa. São listados no site institucional da empresa os seguintes países: Espanha, Grécia, Itália, Malásia, Portugal, Reino Unido e Turquia.	Membra do mecanismo dos BRICS Women Business Alliance (WBA).	Atuação nas áreas social e ambiental. Mantém o Instituto BRF. Atuação doméstica.	Projetos alinhados aos ODS.	Projeto no âmbito de capacitação de mulheres empreendedoras no âmbito da WBA no BRICS (vínculo com o MRE).
BRQ Digital Solutions	Serviço/tecnologia	A empresa tem operação nos Estados Unidos.	-	-	-	-
BTG Pactual	Serviço/setor bancário (investimentos)	Atua com escritórios no Chile, Colômbia, México, Peru, Argentina, Estados Unidos e países europeus (não listados no site institucional da empresa).	Signatária do Pacto Global das Nações Unidas.	Atuação no setor ambiental e social. Atuação doméstica.	Projetos alinhados aos ODS.	-
Camargo Correa	Indústria/construção civil	Atuação em projetos de infraestrutura em Angola, Argentina, Colômbia, Moçambique e Peru.	-	Atuação no setor social. Mantém o Instituto Camargo Correa. Atuação doméstica.	-	-
Camil	Agropecuária/alimentos	A empresa tem centros de distribuição no Chile, Peru e Uruguai.	-	Orienta suas ações a partir de compromissos de mitigação dos impactos socioambientais. Atuação doméstica.	-	-
Chilli Beans	Indústria (varejo)/óculos escuros	A empresa varejista possui loja na Colômbia, Estados Unidos, Israel, Kuwait, Peru e Portugal.	-	-	-	-

(Continua)

(Continuação)

Nome empresa/instituição	Setor/área de atuação	Experiências internacionais	Acordos globais	Desenvolvimento e sustentabilidade (responsabilidade social)	Alinhamento aos ODS	Engajamento em projetos de CSS
CI&T	Serviço/soluções digitais	A empresa tem escritórios no Canadá, China, Estados Unidos, Japão e Reino Unido.	-	Atuação social. A empresa mantém o Instituto CI&T que promove ações na área da educação. Atuação doméstica.	-	-
Cinex	Industrial/design em vidro e metais	A empresa tem escritório/fábrica na Itália.	-	Atuação na área ambiental. Utiliza as diretrizes do Guia para Relatórios de Sustentabilidade (G4) do Global Report Initiative (GRI). Atuação doméstica e internacional.	-	-
CZM – Indústria de Equipamentos	Industrial/maquinarío infraestrutura	A empresa tem fábrica nos Estados Unidos.	-	-	-	-
DMS Logística	Serviços/logística e tecnologia	A empresa tem escritório nos Estados Unidos e oferece serviço remoto a todas as partes do mundo.	Signatária do Pacto Global das Nações Unidas.	Atuação no setor ambiental e social. Atuação doméstica.	-	-
Duratex	Industrial/louças e metais sanitários	Presença em cinquenta países não listados no site institucional da empresa. Há três fábricas da empresa na Colômbia. A presença nos outros países se dá principalmente via exportação.	-	Atuação na área ambiental. Atuação doméstica.	-	-

(Continua)

(Continuação)

Nome empresa/instituição	Sector/área de atuação	Experiências internacionais	Acordos globais	Desenvolvimento e sustentabilidade (responsabilidade social)	Alinhamento aos ODS	Engajamento em projetos de CSS
Eletrobras	Indústria/energia	Paraguai (Itaipu binacional) e Uruguai. Já houve investimentos no Peru e na Nicarágua. Em andamento, estudos para Argentina, Bolívia, Guiana Francesa e Suriname.	- Signatária do Pacto Global das Nações Unidas. - Comissão de Integração Energética e Regional (Cier). - Global Energy Interconnection Development and Cooperation Organization (GEIDCO). - Fórum Econômico Internacional (Quarta Revolução Industrial no Brasil).	Atuação no setor ambiental e social. Atuação doméstica.	Projetos alinhados aos ODS (7, 8, 9, 13, 16, 10, 11, 12 e 15).	Cooperação técnica com governos e empresas de países da América Latina, da África e Japão.
Eilane Cerâmicas	Indústria/ revestimentos cerâmicos	No site institucional da empresa é apontada presença em oitenta países da África, América do Sul, América do Norte, Europa e Oceania, porém os países não são listados. A atuação se dá via exportação.	-	Atuação no setor educacional. Mantém o Instituto Maximiliano Galdzinsk. Atuação doméstica.	-	-
Embraer	Indústria/aeronáutica e defesa	Austrália, China, Estados Unidos e França.	Signatária do Pacto Global das Nações Unidas.	Atuação em projetos sociais e ambientais. Mantém o Instituto Embraer. Atuação doméstica.	- Projetos alinhados aos ODS. - Projetos alinhados ao Acordo de Paris.	-
Eurofarma	Indústria/ farmacêutica	A empresa tem operações na Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia, Equador, Guatemala, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela.	Signatária do Pacto Global das Nações Unidas.	Atuação em projetos sociais e ambientais. Mantém o Instituto Eurofarma. Atuação doméstica.	-	-

(Continua)

(Continuação)

Nome empresa/instituição	Setor/área de atuação	Experiências internacionais	Acordos globais	Desenvolvimento e sustentabilidade (responsabilidade social)	Alinhamento aos ODS	Engajamento em projetos de CSS
Expor Manequins	Indústria/moda	A empresa atua em unidades na Colômbia e no México.	-	Atuação em projetos sociais no campo da educação. Atuação doméstica.	-	-
Falconi	Serviço/consultoria empresarial	A empresa atua em 41 países, entre eles: Argentina, Chile, Peru, Colômbia, Venezuela, Moçambique e Zâmbia. Demais países não listados no site institucional da empresa.	-	-	-	-
Fundação Dom Cabral (FDC)	Serviço/setor educacional	Parcerias com institutos de pesquisa na África do Sul, Argentina, China, Colômbia, Espanha, Estados Unidos, França, Índia, México, Peru, Portugal, Reino Unido, Rússia, Suíça e Venezuela.	- Signatária do Pacto Global das Nações Unidas. - Signatária do GRI.	Atua em projetos que incentivam o alcance dos ODS. Atuação doméstica.	Projetos alinhados aos ODS.	-
FH Consultoria	Serviço/tecnologia (processos de negócios e software)	Além de dois escritórios na Europa, a empresa tem projetos realizados nos seguintes países: Alemanha, Argentina, Bolívia, Canadá, Chile, China, Costa Rica, Croácia, Eslováquia, Espanha, Estados Unidos, França, Holanda, Hungria, Indonésia, Inglaterra, Irlanda, Itália, México, Paraguai, Peru, Polónia, Singapura, Suécia, Suíça, Tailândia, Turquia, Uruguai e Vietnã.	Signatária do Pacto Global das Nações Unidas.	Atuação em projetos sociais e ambientais. Atuação doméstica.	-	-

(Continua)

(Continuação)

Nome empresa/instituição	Sector/área de atuação	Experiências internacionais	Acordos globais	Desenvolvimento e sustentabilidade (responsabilidade social)	Alinhamento aos ODS	Engajamento em projetos de CSS
Fitesa	Indústria/indústria de não tecidos	A empresa atua com escritórios e fábricas nos seguintes países: Austrália, Canadá, China, Espanha, Estados Unidos, Finlândia, França, Holanda, Inglaterra, Itália e Taiwan.	Signatária do Pacto Global das Nações Unidas.	Atuação em responsabilidade ambiental. Atuação doméstica e internacional.	Projetos alinhados aos ODS.	-
Gerdau	Indústria/siderurgia	Atuação nos seguintes países: Argentina, Canadá, Chile, Colômbia, Estados Unidos, Índia, México, Peru, República Dominicana, Uruguai e Venezuela.	- Signatária do Pacto Global das Nações Unidas. - Parceria com a ONU Mulheres. - CDP. - Movimento Global de Empresas B.	Por meio do Instituto Gerdau atua em quatrocentos projetos sociais (educação e habitação) em vários países e é a maior recicladora da América Latina. Atuação doméstica e internacional.	Projetos alinhados aos ODS.	Projetos de cooperação na América Latina e no Caribe em três áreas centrais: educação empreendedora, reciclagem e habitação. A empresa atua em parceria com governos, ONGs e empresas. Há também projetos em que a empresa atua com agências de cooperação do Norte, como a Jica e a Giz, em projetos na América Latina, o que pode caracterizar um modelo triangular.
Grupo Alunini	Indústria/infraestrutura	A empresa tem atuação no Chile, Argentina e Costa Rica.	-	Orienta suas ações a partir de compromissos de mitigação dos impactos socioambientais. Atuação doméstica.	-	-
Grupo Serpa	Serviço/comércio exterior	A empresa tem escritórios nos Estados Unidos e China.	Membro do mecanismo do BRICS/WBA.	-	-	Projeto no âmbito de capacitação de mulheres empreendedoras no âmbito da WBA no BRICS (vínculo com o MRE).

(Continua)

(Continuação)

Nome empresa/instituição	Setor/área de atuação	Experiências internacionais	Acordos globais	Desenvolvimento e sustentabilidade (responsabilidade social)	Alinhamento aos ODS	Engajamento em projetos de CSS
Hebron Farmacêutica	Indústria/farmacêutica	A empresa tem relações comerciais, econômicas e institucionais com os seguintes países: África do Sul, Áustria, Chile, Colômbia, Cuba, Equador, Estados Unidos, México, Moçambique, Nigéria, Peru e Portugal.	Signatária do Pacto Global das Nações Unidas.	A empresa mantém projetos sociais. Atuação doméstica.	-	-
Lochpe-Maxion	Indústria/autopeças e equipamentos ferroviários	África do Sul, Alemanha, Argentina, Espanha, Estados Unidos, Índia, Itália, México, República Tcheca, Turquia e Uruguai.	-	-	-	-
Indus Parquet	Indústria/revestimentos de madeira (moveleiro)	Centro de distribuição na Argentina, Estados Unidos e França e presença mundial nos seguintes países: Alemanha, Argentina, Austrália, Áustria, Bélgica, Canadá, Chile, Colômbia, Croácia, Egito, Emirados Árabes Unidos, Equador, Eslovênia, Espanha, Estados Unidos, França, Guatemala, Holanda, Hungria, Índia, Inglaterra, Islândia, Israel, Itália, Japão, Marrocos, México, Panamá, Peru, República Dominicana, Singapura, Uruguai e Venezuela.	-	Comprometimento com responsabilidade ambiental. Atuação doméstica.	-	-

(Continua)

(Continuação)

Nome empresa/instituição	Sector/área de atuação	Experiências internacionais	Acordos globais	Desenvolvimento e sustentabilidade (responsabilidade social)	Alinhamento aos ODS	Engajamento em projetos de CSS
Instituto Aquila	Serviço/consultoria em gestão de empresas e serviço público	A empresa tem escritórios na Colômbia, Suíça, Portugal e Austrália.	-	-	-	-
Inter cement (Camargo Correa)	Indústria/construção civil (produção de cimento)	A empresa mantém unidades nos seguintes países: África do Sul, Argentina, Cabo Verde, Egito, Moçambique, Paraguai e Portugal	-	Por meio do Instituto Inter cement, a empresa mantém projetos sociais no Brasil e Argentina. Além disso, cumpre compromissos ambientais. Atuação doméstica e internacional.	-	Projetos de desenvolvimento da empresa são realizados em países do Sul global, parceria com a sociedade civil e poder público.

(Continua)

(Continuação)

Nome empresa/instituição	Setor/área de atuação	Experiências internacionais	Acordos globais	Desenvolvimento e sustentabilidade (responsabilidade social)	Alinhamento aos ODS	Engajamento em projetos de CSS
<p>Instituto Superior de Administração e Educação do Mercosul/ Fundação Getúlio Vargas (Isae/FGV)</p>	<p>Serviço/setor educacional</p>	<p>O instituto tem parceria de pesquisa com a Alemanha, Austrália, Bolívia, Estados Unidos, Finlândia, França, Índia, Itália, Paraguai, Suíça e Peru.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Signatária do Pacto Global das Nações Unidas. - United Nations Principles for Responsible Management Education (UNPRME). - United Nations Sustainable Cities Programme (SCP). - United Nations-Academic Impact (UNAI) – University Coalition. - Red Universitaria de América Latina y el Caribe para la Gestión y la Reducción de Riesgos de Desastres (Redulac/RRD). - Associação de Escolas de Negócios do BRICS (ABBS). - Centre of East European Management Development Association (CEEMAN). - Conselho Latino-Americano de Escolas de Administração (Cladea). 	<p>A empresa tem projetos nos eixos acadêmico, social, ambiental e econômico. Atuação doméstica.</p>	<p>Projetos alinhados aos ODS.</p>	<p>Parcerias científicas com universidades no Norte e Sul global. Já teve parceria com o MRE; hoje não atua com projetos formais de cooperação.</p>
<p>Itaú Unibanco</p>	<p>Serviço/setor bancário</p>	<p>Atua com agências nos seguintes países: Alemanha, Argentina, Chile, China, Emirados Árabes Unidos, Espanha, Estados Unidos, França, Japão, Paraguai, Peru, Portugal, Reino Unido e Uruguai.</p>	<p>Signatária do Pacto Global das Nações Unidas.</p>	<p>Orienta suas ações a partir de compromissos de mitigação dos impactos socioambientais. Atuação doméstica.</p>	<p>-</p>	<p>-</p>

(Continua)

(Continuação)

Nome empresa/instituição	Setor/área de atuação	Experiências internacionais	Acordos globais	Desenvolvimento e sustentabilidade (responsabilidade social)	Alinhamento aos ODS	Engajamento em projetos de CSS
JBS	Agropecuária/alimentos	A empresa tem atuação por meio de centros de distribuição e unidades industriais nos seguintes países: Alemanha, Argentina, Austrália, Canadá, Estados Unidos, Itália, México, Nova Zelândia, Porto Rico, Reino Unido, Uruguai e Vietnã.	-	Orienta suas ações a partir de compromissos de mitigação dos impactos socioambientais. Atuação doméstica e internacional.	-	-
Klabin	Indústria/papéis	A empresa tem unidade produtiva na Argentina.	Signatária do Pacto Global das Nações Unidas.	Atuação nas áreas social e ambiental. Atuação doméstica e internacional.	Projetos alinhados aos ODS.	-
Localiza	Serviço/aluguel de carros	Atua com agências na Argentina, Bolívia, Chile, Equador, Paraguai, Peru e Uruguai.	Signatária do Pacto Global das Nações Unidas.	Atuação nas áreas social e ambiental. Atuação doméstica.	-	-
Marcopolo	Indústria/transportes	A empresa possui fábricas, escritórios e centros de distribuição nos seguintes países: África do Sul, Chile, China, Colômbia, Cuba, El Salvador, Egito, Equador, Índia, México, Paraguai, Peru, República Dominicana, Uruguai, Venezuela, além de países da Europa e do Oriente Médio.	Net-Zero Emissions (Zebra).	Orienta suas ações a partir de compromissos de mitigação de impactos socioambientais. Mantém a Fundação Marcopolo. Atuação doméstica e internacional.	-	- Alguns programas sociais do instituto são replicados em algumas das operações: esporte e lazer, formação profissional. Programas de incentivo ao voluntariado: Colômbia. - A companhia mantém a Escola de Formação Profissional Marcopolo (EFPM), com três unidades no Brasil e uma na África do Sul, junto à coligada.

(Continua)

(Continuação)

Nome empresa/instituição	Setor/área de atuação	Experiências internacionais	Acordos globais	Desenvolvimento e sustentabilidade (responsabilidade social)	Alinhamento aos ODS	Engajamento em projetos de CSS
Marfrig	Agropecuária/alimentos	A empresa tem unidades industriais, escritórios e centros de distribuição nos seguintes países: Argentina, Chile, Coreia do Sul, Estados Unidos, Hong Kong, Japão, Peru, Reino Unido e Uruguai.	-	Atuação nas áreas social e ambiental (programas de responsabilidade social no Chile e no Uruguai). Atuação doméstica e internacional.	-	-
Maurício de Souza Produções	Indústria (varejo)/estúdio gráfico	Atua na China e exporta para mais de cinquenta países não listados no site institucional da empresa. ²	Parceria com a ONU Mulheres.	Embora não seja citado em seu site institucional, a empresa participa de parcerias no campo social como é o caso da parceria com a ONU Mulheres.	-	Projeto de alfabetização em parceria com o governo chinês.
Metalfrío	Indústria; produtos de refrigeração	A empresa tem escritórios nos seguintes países: Argentina, Bolívia, Estados Unidos, Indonésia, México, Nigéria, Polônia, Rússia e Turquia.	-	Ações nos setores ambiental e social. Atuação doméstica e internacional.	-	-
Minerva Foods	Agropecuária/alimentos (carne <i>in natura</i>)	A empresa tem unidades industriais; unidades de processamento, centros de distribuição e escritórios nos seguintes países: Argélia, Austrália, Chile, China, Egito, Estados Unidos, Hong Kong, Inglaterra, Itália, Líbano, Nova Zelândia, Rússia e Singapura.	-	Ações nos setores ambiental e social. Atuação doméstica e internacional.	-	-

(Continua)

(Continuação)

Nome empresa/instituição	Sector/área de atuação	Experiências internacionais	Acordos globais	Desenvolvimento e sustentabilidade (responsabilidade social)	Alinhamento aos ODS	Engajamento em projetos de CSS
MV Sistemas	Serviço/software de gestão em saúde	A empresa tem representação nos seguintes países: Chile, Colômbia, México, Moçambique, Panamá, República Dominicana e Uruguai.	-	-	-	-
Natura & Co	Indústria/cosméticos	A empresa varejista tem lojas em 77 países não listados no site institucional da empresa.	- Signatária do Pacto Global das Nações Unidas. - Membro do mecanismo dos BRICS/WBA.	Engajamento em projetos sociais na área de educação, bem como produção e venda de artigos sustentáveis. Atuação doméstica e internacional.	-	Projeto no âmbito de capacitação de mulheres empreendedoras no âmbito da WBA no BRICS (vínculo com o MRE).
O Boticário	Indústria/cosméticos	A empresa tem lojas em Argóla, Arábia Saudita, Colômbia, Estados Unidos, Japão, Moçambique, Paraguai, Portugal e Venezuela.	Signatária do Pacto Global das Nações Unidas.	Engajamento em projetos sociais e responsabilidade ambiental em sua produção. Atuação doméstica.	-	-
Odebrecht	Indústria/engenharia e construção, imobiliária, infraestrutura, energia, petroquímica e sucoenergética	A empresa tem operações e estruturas administrativas nos seguintes países: África do Sul, Alemanha, Angola, Argentina, Áustria, Bolívia, Chile, Colômbia, Cuba, Emirados Árabes Unidos, Equador, Espanha, Estados Unidos, Gana, Guatemala, Holanda, Líbia, Luxemburgo, México, Moçambique, Panamá, Peru, Portugal, República Dominicana, Singapura e Venezuela.	-	Orienta suas ações a partir de compromissos de mitigação de impactos socioambientais. Atuação doméstica e internacional.	-	A empresa tem contratos com governos de países da América Latina e África em projetos de infraestrutura e energia.

(Continua)

(Continuação)

Nome empresa/instituição	Setor/área de atuação	Experiências internacionais	Acordos globais	Desenvolvimento e sustentabilidade (responsabilidade social)	Alinhamento aos ODS	Engajamento em projetos de CSS
Petrobras	Setor indústria/energia	Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia, Estados Unidos, Holanda, Paraguai, Reino Unido, Singapura e Uruguai.	<ul style="list-style-type: none"> - Signatária do Pacto Global das Nações Unidas. - Parceria com a UNESCO. - Parceria com a ONU Mulheres. - Signatária do Globally Responsible Leadership Initiative (GRI). - Membro do mecanismo do BRICS WBA. Utiliza como metodologia complementar o Guia para Relatórios Voluntários da Indústria de Óleo e Gás da Associação Global da Indústria de Óleo e Gás para Desempenho Ambiental e Social (Ipieca).	Políticas de responsabilidade social e ambiental. Atuação nacional e internacional.	Projetos alinhados aos ODS (4, 8, 14 e 15).	Projeto de capacitação de mulheres empreendedoras no âmbito da WBA no BRICS (vínculo com o MRE). A empresa teve/tem contratos com governos de países da América Latina e África em projetos de infraestrutura e energia.
Randon	Indústria/produtos de transportes	A empresa tem 48 operações internacionais. Países não listados no site institucional da empresa.	-	Política de responsabilidade social (não detalhada).	-	-

(Continua)

(Continuação)

Nome empresa/instituição	Setor/área de atuação	Experiências internacionais	Acordos globais	Desenvolvimento e sustentabilidade (responsabilidade social)	Alinhamento aos ODS	Engajamento em projetos de CSS
Romi	Indústria/produção de máquinas	A empresa tem filiais e representantes nos seguintes países: Alemanha, Argentina, Áustria, Bélgica, Bielorrússia, Bolívia, Canadá, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Eslováquia, Espanha, Estados Unidos, Finlândia, Holanda, Hungria, Israel, Itália, México, Panamá, Paraguai, Peru, Polónia, Portugal, Reino Unido, República Tcheca, Rússia, Suíça, Turquia, Uruguai e Venezuela.	-	Por meio do Instituto Romi promove projetos nos campos social e cultural. Também orienta suas ações a partir de compromissos de mitigação de impactos ambientais. Atuação doméstica.	-	-
Sabó	Indústria/automobilística	A empresa tem operações na Argentina.	-	Ações para mitigação de impactos ambientais. Atuação doméstica.	-	Programas de formação profissionalizante.
Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) Confederação Nacional da Indústria (CNI)	Indústria/produção de máquinas	A entidade classista tem atuação com parcerias e centros de capacitação profissional em Angola, Cabo Verde, Guatemala, Guiné Bissau, Haiti, Jamaica, Paraguai, Peru, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste. Também presta serviços para clientes na África, América Latina e Caribe, Ásia e Europa.	- - Signatária do Pacto Global das Nações Unidas. - Organização Internacional do Trabalho (OIT) – Centro Intramericano para el Desarrollo del Conocimiento en la Formación Profesional (Cinterfor).	Atuação no setor educacional, formal e profissionalizante, bem como nos setores de cultura, lazer e esporte. Atuação doméstica e internacional.	-	- Em parceria com a Agência Brasileira de Cooperação (ABC), a entidade classista participou de projetos de cooperação Sul-Sul (CSS) (cooperação técnica) em países do Sul global com os centros de formação profissional. O financiamento dos centros é integralmente realizado pela ABC. - Projetos em parceria com agências de cooperação do Norte com atuação no Sul, como a Jica. - Parcerias com governos e entidades congêneres, sobretudo na América Latina.

(Continua)

(Continuação)

Nome empresa/instituição	Setor/área de atuação	Experiências internacionais	Acordos globais	Desenvolvimento e sustentabilidade (responsabilidade social)	Alinhamento aos ODS	Engajamento em projetos de CSS
Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac)	Indústria (varejo)/ entidade classista do comércio – formação profissional	A entidade classista tem parcerias internacionais com os seguintes países: Alemanha, China, Coreia do Sul, Espanha, Estados Unidos, Japão, Peru e Portugal.	Signatária do Pacto Global das Nações Unidas.	Atuação no setor educacional, formal e profissionalizante, bem como nos setores de cultura, lazer e esporte. Atuação doméstica.	-	-
Spoletto	Serviço/alimentação	A empresa tem unidades nos Estados Unidos.	-	Atuação na área social. Atuação doméstica.	-	-
Stefanini	Serviço/assessoria em informática	A empresa tem escritórios nos seguintes países: África do Sul, Alemanha, Angola, Argentina, Austrália, Áustria, Bélgica, Bulgária, Canadá, Chile, China, Colômbia, Costa Rica, Dinamarca, El Salvador, Espanha, Estados Unidos, Filipinas, França, Grécia, Hungria, Índia, Inglaterra, Itália, Malásia, Marrocos, México, Moldávia, Países Baixos, Panamá, Peru, Polónia, Portugal, Romênia, Suécia, Suíça, Tailândia, Singapura, Turquia, Ucrânia, Uruguai e Venezuela.	- CDP.	Ações para mitigação de impactos ambientais e ação social por meio do Instituto Stefanini. Atuação doméstica e internacional.	-	- Extensão do Instituto Stefanini no México. Duas principais frentes: formação profissional de jovens e inclusão social de jovens e adultos. - Parcerias com universidades e institutos de pesquisa: Universidad de Monterrey México, Massachusetts Institute of Technology (MIT) e Geórgia Tech; Singapura University e outras – centro de pesquisa e inovação da Polónia. - Parceria com o governo de Singapura e Romênia; <i>joint venture</i> com Rafael (centro israelense de <i>cibersecurity</i>).
Suzano Papel	Indústria/produção de celulose e produção de papel	A empresa tem operações nos seguintes países: Argentina, China, Estados Unidos, Inglaterra, Israel e Suíça.	Signatária do Pacto Global das Nações Unidas.	Atuação em projetos sociais, culturais e ambientais. Atuação doméstica.	-	-

(Continua)

(Continuação)

Nome empresa/instituição	Sector/área de atuação	Experiências internacionais	Acordos globais	Desenvolvimento e sustentabilidade (responsabilidade social)	Alinhamento aos ODS	Engajamento em projetos de CSS
Tigre	Indústria/tubulações	A empresa tem operações nos seguintes países: Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia, Equador, Estados Unidos, Paraguai, Peru e Uruguai.	-	Políticas de redução de impactos socioambientais. Atuação doméstica.	-	-
Totvs	Serviço/tecnologia	A empresa tem filiais e centros de desenvolvimento em quarenta países. Somente os seguintes foram listados: Argentina, China, Colômbia, Estados Unidos, México, Portugal e Taiwan.	-	-	-	-
Três Corações	Indústria/alimentos	A empresa tem centros de venda e distribuição (terceiros) na Argentina, Bolívia, Chile, Paraguai e Uruguai.	Signatária do Pacto Global das Nações Unidas.	A empresa tem projetos sociais e ambientais. Atuação doméstica.	-	-
Tupy	Indústria/meturgia	A empresa tem escritórios no México, Estados Unidos e Alemanha.	-	-	-	-
Ultrapar	Serviço/distribuição de gás	A empresa tem presença nos seguintes países: Argentina, Bélgica, China, Colômbia, Estados Unidos, México, Uruguai e Venezuela.	-	-	-	-

(Continua)

(Continuação)

Nome empresa/instituição	Setor/área de atuação	Experiências internacionais	Acordos globais	Desenvolvimento e sustentabilidade (responsabilidade social)	Alinhamento aos ODS	Engajamento em projetos de CSS
Vale	Indústria/mineração	A empresa tem escritórios na Austrália, Canadá, China, Indonésia, Japão, Malásia, Moçambique, Nova Caledônia, Omã e atuação em um total de trinta países.	- Signatária do Pacto Global das Nações Unidas. - Global Fund, Rede de Soluções para o Desenvolvimento Sustentável (WBCSD), Comitê Consultivo de Empresa e Indústrias da OCDE, além de outras doze parcerias. - Parceria regional: Conselho Empresarial do BRICS.	Atua em projetos sociais e mitigação dos impactos ambientais. Atuação doméstica e internacional.	-	A empresa tem contratos nas áreas de mineração, siderurgia, logística e energia com impacto no desenvolvimento local de países do Sul global.
Vibra Agroindustrial	Agropecuária/alimentos	A empresa tem atuação em 35 países não listados no site institucional da empresa.	Signatária do Pacto Global das Nações Unidas.	Ações para mitigação dos impactos ambientais. Atuação doméstica.	-	-
Vicunha Têxtil	Indústria/moda	A empresa tem escritórios na Argentina, Equador e Suíça.	-	Atua em projetos sociais e mitigação dos impactos ambientais. Atuação doméstica.	-	-
Votorantim	Indústria/produção de cimento	A empresa tem escritórios nos seguintes países: Argentina, Bolívia, Canadá, Chile, China, Espanha, Estados Unidos e Índia.	Signatária do Pacto Global das Nações Unidas.	Por meio do Instituto Votorantim promove projetos de educação, além de ações para mitigação dos impactos ambientais. Atuação doméstica e internacional.	Projetos alinhados aos ODS.	- Atuando em parceria com as empresas investidas da Votorantim em 144 municípios, sendo a maioria em território brasileiro, o instituto também trabalha com ações na Argentina, Colômbia e Peru.

(Continua)

(Continuação)

Nome empresa/instituição	Setor/área de atuação	Experiências internacionais	Acordos globais	Desenvolvimento e sustentabilidade (responsabilidade social)	Alinhamento aos ODS	Engajamento em projetos de CSS
Werner, Eggon e Geraldo (WEG)	Indústria/produção de máquinas elétricas	A empresa atua com filiais comerciais, unidades fabris e centros de distribuição nos seguintes países: África do Sul, Alemanha, Argentina, Austrália, Áustria, Bélgica, Chile, Colômbia, Coreia do Sul, Emirados Árabes Unidos, Equador, Espanha, Estados Unidos, França, Gana, Índia, Itália, Japão, México, Peru, Reino Unido, Rússia, Singapura, Tailândia e Venezuela.	-	-	-	-

Elaboração da autora.

Notas: ¹ Disponível em: <https://exame.com/negocios/a-trajetoria-centenaria-da-dona-da-havaianas-em-11-imagens/>. Acesso em: 2 dez. 2018.² Disponível em: <https://exame.com/negocios/por-que-chineses-e-ate-arabes-querem-a-turma-da-monica/>. Acesso em: 5 dez. 2018.

Obs.: ODS – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável; CSS – Cooperação Sul-Sul; ONU – Organização das Nações Unidas; BRICS – Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul; MRE – Ministério das Relações Exteriores; ONGs – organizações não governamentais; UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura; OCDE – Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico.

APÊNDICE B

FORMULÁRIO DE ENTREVISTAS

Empresa: Nome da empresa

- 1) Qual seu setor ou área de atuação dentro da empresa?
- 2) Há quanto tempo você tem trabalhado com a atuação internacional da empresa?
- 3) Quais os países onde a empresa atua?
- 4) A empresa tem projetos relacionados à promoção do desenvolvimento no exterior? Há parcerias com o governo brasileiro e/ou estrangeiro em tais projetos? Caso positivo, de quais tipos?
- 5) Quais os compromissos relacionados aos ODS [Objetivos de Desenvolvimento Sustentável] e/ou responsabilidade social assumidos pela empresa em suas operações no exterior?
- 6) Quais as motivações para a empresa se engajar em projetos de desenvolvimento?
- 7) Quais os ganhos (econômicos, políticos e de imagem) que tal engajamento pode gerar para a empresa?
- 8) Há monitoramento/avaliação dos projetos de desenvolvimento nos quais a empresa está engajada? Há alguma avaliação desses projetos para o desenvolvimento do país estrangeiro?
- 9) Há ganhos de eficiência na condução de projetos de desenvolvimento por empresas em contraposição a governos? Quais?
- 10) Quais os maiores desafios na implementação desses projetos? Houve projetos que foram suspensos ou cancelados antes de sua conclusão? Por quê?
- 11) Houve projetos que sofreram resistência de grupos dos países onde foram implementados? Por quê?
- 12) Há informações disponíveis de como as partes interessadas nesses países avaliam os projetos de desenvolvimento da empresa?
- 13) Há mecanismos de prestação de contas da empresa relativos a esses projetos?